

JANAINA DE OLIVEIRA

AGENDA GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM
COMPARATIVO DAS *POLICY COMMUNITIES* DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DOS GOVERNOS DE LULA A BOLSONARO (2003 - 2022)

Relatório de Pós-doutorado realizado na
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de
Araraquara.

Supervisora: Maria Teresa Miceli Kerbauy

PROGRAMA DE PÓS-DOCTORADO DA UNESP

ARARAQUARA

2025

RESUMO

Este relatório é resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas durante o pós-doutorado na Unesp referente ao Edital PROPG/PROPe 06/2024. Em relação à pesquisa, este estudo buscou compreender a formulação de políticas públicas para o ensino superior no Brasil entre 2003 e 2022, a partir de uma continuidade dos estudos já realizados, com foco na atuação das comunidades de política na agenda governamental no Governo Bolsonaro (2019-2022). O Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) foi o principal lócus de investigação, a partir das audiências públicas (2003-2022), utilizando técnica de análise de conteúdo por meio de análise qualitativa do software NVivo 14. Esta ferramenta possibilitou a organização dos dados, a criação de categorias analíticas e a visualização de padrões discursivos, por meio de recursos: nuvem de palavras e análise de cluster com base na correlação de *Pearson*. O processo de construção das políticas educacionais resultou da interação entre múltiplos atores que compartilham valores, experiências e objetivos, formando as comunidades de políticas/redes informais ou institucionais que influenciam o processo decisório. Os resultados apontam que a formulação da agenda educacional foi marcada pela atuação de *policy communities* compostas por parlamentares, técnicos governamentais, conselheiros do CNE, pesquisadores e representantes da sociedade civil. Estas comunidades exerceram a mediação entre o conhecimento técnico e a decisão política, impulsionando os temas defendidos pelos atores a entrarem na agenda governamental, a partir da construção de narrativas e a definição das políticas públicas para o ensino superior.

Palavras chave: Agenda governamental. Análise de conteúdo. Ensino superior. Políticas públicas.

ABSTRACT

This report presents the results of teaching, research, and outreach activities carried out during the postdoctoral program at Unesp, under the PROPG/PROPe Call 06/2024. Regarding the research component, this study aimed to analyze the formulation of public policies for higher education in Brazil between 2003 and 2022, as a continuation of previous investigations, with particular focus on the role of policy communities in shaping the governmental agenda during the Bolsonaro administration (2019–2022). The National Congress (Chamber of Deputies and Federal Senate) served as the primary locus of investigation, based on public hearings (2003–2022), employing content analysis techniques supported by qualitative analysis with NVivo 14 software. This tool enabled data organization, the creation of analytical categories, and the visualization of discursive patterns through resources such as word clouds and cluster analysis based on Pearson's correlation. The policymaking process in education resulted from the interaction of multiple actors who shared values, experiences, and objectives, forming policy communities or informal/institutional networks that influenced decision-making. The findings indicate that the formulation of the educational agenda was shaped by the performance of policy communities composed of parliamentarians, government officials, members of the National Education Council (CNE), researchers, and representatives of civil society. These communities mediated between technical knowledge and political decision-making, fostering the inclusion of issues advocated by actors into the governmental agenda through the construction of narratives and the definition of public policies for higher education.

Keywords: Governmental agenda. Content analysis. Higher education. Public policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 OBJETIVOS	6
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	7
4 RESULTADOS	10
4.1 ANÁLISE DE CLUSTER - RELATÓRIOS DAS CEC DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	12
4.2 ANÁLISE DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	15
4.2.1 NUVEM DE PALAVRAS – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	28
5 DISCUSSÃO	34
6 REFERÊNCIAS	36
7 DISCIPLINA MINISTRADA E ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .	38
7.1 ATIVIDADES DE ENSINO.....	38
7.2 ATIVIDADES DE EXTENSÃO	41
7.3 ATIVIDADES DE PESQUISA	42
8 COMENTÁRIOS DO SUPERVISOR	47

1 INTRODUÇÃO

A análise da formulação de políticas públicas para o ensino superior dialoga com as ações do governo federal que se desdobraram em políticas públicas expansionistas do setor e na compreensão do papel dos diferentes atores e instituições que participaram do processo decisório, entendendo esse contexto como um desdobramento da competência coletiva dos envolvidos no referido processo. As decisões de interesses privados, embora não constituam políticas públicas, dependendo da capacidade política e dos recursos dos atores, podem produzir um discurso que influenciam as decisões governamentais, sobretudo se concentrar ideais que vão ao encontro da agenda governamental. Isso significa que o processo de formulação de políticas públicas contou com diversos representantes de associações, sindicatos, movimentos sociais, entre outros que marcaram presença em várias situações nas quais seus interesses precisaram ser defendidos perante o legislativo e à comunidade de especialistas presentes naqueles momentos, principalmente nas audiências públicas. Essa defesa faz com que a “ideia” apresentada consiga atrair mais adeptos, nesse caso, atores que estavam na oposição ou neutros, e fortalecer a imagem positiva do projeto diante do legislativo, executivo e dos burocratas de alto escalão como ministros de estado e secretários.

As definições recentes consideram que a política pública emerge de um processo de disputas em distintas arenas decisórias e representam uma decisão governamental. Contudo, pode ocorrer também por meio das ações de outros atores como a sociedade civil e o mercado, que sofrem interferências por ideologias, interesses e necessidades de vários atores formais - atuam diretamente nas arenas políticas institucionalizadas, como o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e os partidos políticos - ou informais - aqueles que atuam na esfera da sociedade civil. (Howlett, Ramesh, Perl, 2013; Secchi, 2013).

O governo possui a responsabilidade de elaborar políticas públicas, visando atender às demandas da sociedade, principalmente no que se refere às políticas sociais, mas é importante verificar a capacidade do governo para implementar suas decisões. Diante desse contexto, é relevante considerar as limitações existentes na capacidade de agir dos governos e ponderar as escolhas em contextos que apresentem várias opções, em circunstâncias específicas de tomada de decisão, as quais interferem no sucesso ou insucesso dos esforços da *policy-making* (Howlett, Ramesh, Perl, 2013).

A presente pesquisa buscou compreender como se deu a formulação da agenda governamental para o ensino superior no Brasil entre 2003 e 2022, a partir da atuação das *policy communities* no processo de produção legislativa e política educacional. O estudo

partiu da análise documental dos relatórios das Comissões de Educação e Cultura (CEC) e da Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados; notas taquigráficas das audiências públicas (Câmara dos Deputados e Senado Federal); e os documentos e atas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES). Complementarmente, o levantamento do orçamento público executado no período para o ensino superior foi um importante indicativo do grau de priorização desta temática pelo Poder Executivo Federal em diferentes gestões. O recorte temporal incluiu os governos de Lula, Dilma Rousseff, Michel Temer (2003-2018), já estudados, com o novo período que foi governado por Jair Bolsonaro (2019-2022), permitindo observar as continuidades e rupturas nas estratégias de expansão, regulação, financiamento e participação social nas políticas educacionais para o ensino superior.

Em suma, o presente relatório está organizado de forma a apresentar, inicialmente, os objetivos da pesquisa desenvolvida, seguidos da descrição do material empírico e dos procedimentos metodológicos adotados. Os resultados evidenciam agrupamentos temáticos recorrentes relacionados às políticas públicas que foram debatidos por diferentes atores institucionais ao longo do período analisado. Estes dados são apresentados a partir do corpus documental que foi analisado por meio de análise qualitativa com o apoio do software NVivo 14, permitindo a codificação sistemática do material e a produção de visualizações analíticas de nuvens de palavras, dendrogramas e análise de clusters, com base na correlação de Pearson. Na sequência, o relatório apresenta uma discussão dos achados de pesquisa à luz dos referenciais teóricos mobilizados, encerrando, esta etapa do texto, com as referências bibliográficas utilizadas.

Por fim, após a exposição da pesquisa, o documento contempla, ainda, um balanço das atividades acadêmicas realizadas durante a vigência da bolsa de pós-doutorado, incluindo ações de ensino, pesquisa e extensão. Destacam-se a participação em congressos científicos, a publicação de artigos em revistas acadêmicas e em anais de eventos, a atuação como parecerista em periódicos qualificados, bem como a coordenação de mesas-redondas e grupos de trabalho em encontros da área. Todas as atividades desenvolvidas estão devidamente comprovadas por certificados ou cartas de aceite, as quais acompanham este relatório.

2 OBJETIVOS

O projeto de pesquisa teve como objetivo principal analisar de que modo as ideias das *policy communities* influenciaram na formação da agenda governamental referente à educação superior entre 2003 e 2022. Buscou identificar os atores e as instituições que participaram do processo de formulação de políticas públicas do ensino superior, bem como as principais ideias defendidas dentro das comunidades de políticas (*policy communities*).

Para alcançar esse objetivo, foram inicialmente codificados os documentos referentes às notas taquigráficas das audiências públicas da Câmara dos Deputados, convocadas pelas Comissões de Educação e Cultura (2003-2012) e Comissões de Educação (2013-2022) e, de forma complementar, as atas das reuniões e audiências do Conselho Nacional de Educação (2003-2022). Essa etapa teve como propósito identificar os assuntos mais discutidos nas reuniões, bem como os atores e instituições pertencentes às comunidades de políticas analisadas.

Em seguida, os temas com maior frequência nos documentos catalogados foram confrontados com o contexto político e as políticas públicas implementadas, principalmente no governo Bolsonaro (2019 a 2022). Os dois lócus analisados na pesquisa – o Legislativo e o Conselho Nacional de Educação – cumprem funções distintas enquanto órgãos deliberativos e foram ocupados por atores de diversas instituições. A análise possibilitou identificar os representantes da sociedade civil, movimentos sociais, Legislativo Federal, Executivo Federal, associações de ensino superior, sindicatos e diretórios acadêmicos, os quais possuíam experiência na área educacional por meio de cargos em diferentes entidades do setor.

Para detalhar a compreensão da variável “ensino superior” e a participação das comunidades de política foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Analisar as notas taquigráficas das audiências públicas da Câmara dos Deputados e do Senado (2003-2022) que trataram do tema Ensino Superior;
- ✓ Comparar os dados do banco de dados das notas taquigráficas codificadas (2003-2018) com as notas de (2019-2022);
- ✓ Analisar as atas referentes às reuniões do CNE (2003-2022) que trataram do tema Ensino Superior e da formulação de políticas públicas para o setor;
- ✓ Identificar as temáticas sobre ensino superior mais recorrentes nos documentos;
- ✓ Analisar a distribuição do orçamento da União destinado ao ensino superior.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender a temática de pesquisa descrita nos objetivos, trabalhamos com três fontes de materiais. No tocante à primeira fonte, refere-se à revisão da literatura por meio de livros e artigos científicos de diversos autores que se debruçaram sobre os seguintes temas: políticas públicas; formação de agenda; processo de expansão do ensino superior no Brasil; projeto de reforma universitária - Governos Lula, Dilma e Temer (2003-2018); e políticas públicas para acesso à universidade. Os temas e as questões encontradas nesta revisão nos orientaram a selecionar os outros materiais descritos nos parágrafos a seguir.

A segunda fonte de materiais trata-se da coleta dos Relatórios de atividade da Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (2003-2012); Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (2013-2018)¹; em menor proporção à intencionalidade da pesquisa, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (buscas específicas por datas e assuntos) e as notas taquigráficas das audiências selecionadas que compuseram as análises da pesquisa referentes aos governos de Lula, Dilma e Bolsonaro.

Ainda sobre esse conjunto de materiais, destacam-se as notas taquigráficas referentes às audiências públicas da Câmara dos Deputados que são reuniões abertas ao público em geral, realizadas para debater diversos temas relevantes que estão relacionados aos projetos de lei, políticas públicas e assuntos de interesse nacional pertinentes à comissão proponente da reunião pública. Essas audiências promovem a participação democrática no processo legislativo de diversos atores externos à Câmara dos Deputados. Esses textos foram codificados a partir do Software de análise qualitativa NVivo 14, visando mapear os assuntos recorrentes, os quais foram importantes tópicos que compuseram a agenda governamental, bem como os atores envolvidos no processo de expansão do Ensino superior.

Para compreender esses textos, utiliza-se a Análise de Conteúdo como método. Para Bardin (1979, p. 38), a “Análise de conteúdo aparece com um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetos de descrição de conteúdo das mensagens”. Entendemos o processo de análise de conteúdo como um

¹ A Comissão de Educação e Cultura (CEC) foi desmembrada, sendo constituídas a Comissão de Educação (CE) e a Comissão de Cultura (CC) a partir do ano de 2013. Essa mudança foi importante, visto que a Comissão de Educação passou a se debruçar, especificamente, sobre os projetos pertinentes à educação básica e superior.

conjunto de instrumentos metodológicos que se apoia no significado da mensagem, do discurso e das informações, sendo imprescindível sua vinculação ao contexto dos responsáveis pela escrita do texto analisado.

Ao escolher a análise de conteúdo como forma de análise da produção textual de uma pesquisa, o pesquisador deve passar por três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira fase se pauta na escolha e organização do material. Após a primeira fase, inicia-se a exploração do material, dentro do processo de análise de conteúdo, estruturada por meio da codificação dos documentos que ocorrem por meio da elaboração de um conjunto de temas verificados nos documentos, gerando uma frequência de ocorrências. (Bardin, 1979).

O Software escolhido para codificar os documentos selecionados para a pesquisa foi o NVivo 14², que é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Assim, optou-se por este programa por apresentar um layout com ótima usabilidade e funcionalidade dentro da pesquisa. O uso de programas como recurso tecnológico são entendidos como facilitadores para diferentes técnicas de pesquisa qualitativas na pesquisa social. Entende-se que a utilização de métodos qualitativos é uma prática bastante difundida nas ciências humanas, mas pouco utilizada, combinada com ferramentas computacionais. (Alves, Figueiredo Filho, Henrique, 2015).

Além de entregar ao pesquisador os resultados em forma de tabelas ou gráficos, o software produz a Análise de Cluster, que é uma técnica exploratória que permite visualizar padrões no projeto, agrupar fontes ou nós (códigos) que partilham de palavras semelhantes ou valores de atributos similares. É um agrupamento de vários documentos de acordo com as características de similaridade que o pesquisador deseja entre os textos, por exemplo, cluster de palavras; cluster para codificação; cluster para atributos. O resultado gráfico da análise de cluster é em forma de dendrogramas/árvores de palavras. O Nvivo possui uma ferramenta visual que é a nuvem de palavras, a qual representa de forma visual a frequência e o valor das palavras, utilizada para destacar a frequência de um termo.

A análise dos documentos pré-selecionados para este trabalho foi dividida em duas fases, sendo que a primeira (fase 1) consistiu na leitura dos Relatórios das Comissões de Educação e Cultura (2003-2012) e Comissões de Educação (2013-2022) da Câmara dos

² “As funcionalidades no NVivo variam desde análises simples, como estatística descritiva e contagem de palavras até procedimentos mais complexos como elaboração de mapas de conexão e a estimação de modelos de séries temporais. Em particular, no que diz respeito a análise de conteúdo, o surgimento desses programas foi essencial para a viabilizar a codificação e categorização de uma enorme quantidade de informações”. (Alves, Figueiredo Filho, Henrique, 2015, p.124).

Deputados e das Comissões de Educação do Senado Federal (2003 a 2022), com objetivo de selecionar todos os PLs, requerimentos, Comissões de Educação, eventos e audiências públicas que se relacionavam com a expansão do ES e codificá-los no NVivo 14, nesse primeiro momento, em aprovados ou reprovados na comissão. A segunda fase (Fase 2) da pesquisa foi codificar todas as notas taquigráficas referentes às audiências públicas e eventos para que, em seguida, fossem codificados os textos das audiências no programa de análise qualitativo, possibilitando identificar os atores/instituições, quando possível, suas comunidades de políticas e as principais ideias defendidas nos documentos

Com isso, a abordagem qualitativa, a partir da codificação dos textos analisados, permitiu encontrar com maior facilidade os temas trabalhados nos documentos e, principalmente, o mapeamento dos projetos de leis, atores, associações, partidos políticos, entre outros - resultados que podem contribuir para a pesquisa no que se refere à construção do processo Legislativo das políticas públicas educacionais.

Segundo Granger (1982), as pesquisas qualitativas devem, necessariamente, descrever, compreender e explicar o objeto de análise nesta ordem. Para Minayo (1993), esse tipo de análise interpreta o conteúdo a partir de valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, adequando-se à complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

4 RESULTADOS

A análise dos relatórios das Comissões de Educação e Cultura (2003-2012) e das Comissões de Educação (2013-2022) consiste no lócus de investigação inicial desse trabalho, permitindo conhecer todos os projetos de leis e requerimentos de audiências públicas e eventos que foram indicados nos referidas relatórios das comissões. Estes documentos também apresentam o desenho, ainda que incipiente, dos potenciais indicadores de atenção governamental, a partir do mapeamento dos atores do Legislativo (Deputados e Senadores) que propuseram significativos PLs ou foram relatores de projetos que se transformaram em importantes políticas públicas ou modificaram leis referentes aos assuntos ligados à expansão do ensino superior. Assim, foram investigados os PLs e, principalmente, as audiências públicas, as quais constituíram o segundo lócus de maior investigação desta pesquisa, no que se refere aos atores e às ideias discutidas nas reuniões de audiências.

A primeira fase das pesquisas está indicada na **Tabela 1**, a seguir, que retrata o *Corpus Documental*³ desta análise proposta:

Tabela 1 - Corpus documental

GOVERNOS	DOCUMENTOS	PÁGINAS
LULA I	Comissões de Educação e Cultura (2003-2006)	387
LULA II	Comissões de Educação e Cultura (2007-2010)	450
DILMA I	Comissões de Educação e Cultura (2011-2012) Comissão de educação (2013-2014)	317
DILMA II	Comissão de educação (2015-08/2016)	299
TEMER	Comissão de educação (08/2016-2018)	332
BOLSONARO	Comissão de educação (2019 - 2022) *	391
TOTAL		2186

Fonte: CEC (2003-2012) e CE (2013-2022) - Elaborado pela autora.

**Não houve funcionamento da CE em 2020 devido à Pandemia Covid-19.*

³ Os textos referentes ao Corpus Documental de 2003 a 2018 constituem o material do Banco de dados em Nvivo 14 de pesquisas já codificados durante os estudos realizados no Doutorado (2019 a 2023), conforme descrito nos objetivos deste projeto, sendo utilizado como um comparativo para o Governo Bolsonaro, o qual é a fonte principal de análise e desta pesquisa. A partir desta análise, o banco de dados foi atualizado até o ano de 2022. Isto permite diferentes resultados, ou seja, além destes apresentados aqui, possibilitando gerar outros gráficos, clusters, mapa de árvores, dendrogramas e nuvens de palavras para responder a outros objetivos de pesquisa.

A pesquisa de temas específicos nos relatórios da CEC deve ser realizada com cautela devido à quantidade de assuntos não pertinentes à pesquisa, no texto dos relatórios. O ano de 2013 foi marcante para a história da Comissão de Educação, pois antes de iniciar o ano Legislativo, a antiga Comissões de Educação e Cultura foi desmembrada, sendo constituídas a Comissão de Educação e a Comissão de Cultura. A mudança foi importante, visto que a Comissão passou a se debruçar, especificamente, sobre os projetos pertinentes à educação básica e superior.

A composição dessas comissões pauta-se no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) em duas etapas, sendo a primeira aquela em que os líderes parlamentares⁴ indicam os membros das respectivas bancadas que irão compor as diversas comissões da Câmara. Na segunda etapa, o Presidente da Câmara convoca as Comissões Permanentes para se reunirem para instalação de seus trabalhos e eleição dos respectivos Presidente e Vice-Presidentes, os quais têm a função de coordenar as atividades e representar a comissão perante os demais órgãos legislativos, conforme indicado, a seguir, no trecho do Artigo 28, do RICD (2023), a composição de uma comissão:

Definida, na 1ª (primeira) sessão legislativa de cada legislatura, a representação numérica dos Partidos e Blocos Parlamentares nas Comissões, os Líderes comunicarão à Presidência, no prazo de 5 (cinco) sessões, os nomes dos membros das respectivas bancadas que, como titulares e suplentes, as integrarão; esse prazo contar-se-á, nas demais sessões legislativas, do dia de início dessas. (RICD, 2023, p.26)

Em relação ao ano de 2020, conforme o Art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados prevê que, a cada início de Sessão Legislativa Ordinária (início de ano), as Comissões devem se recompor para as atividades referentes ao ano Legislativo. No entanto, devido à Pandemia da Covid-19, em 2020, não houve tempo hábil para que esse processo acontecesse, ou seja, não houve formação desta comissão e atividades durante o ano Legislativo de 2020.

⁴ De acordo com o RICD em seu: “Art. 9º Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação atender os requisitos estabelecidos no § 3º do art. 17 da Constituição Federal”.

§ 1º Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um por quatro Deputados, ou fração, que constituam sua representação, facultada a designação de um como Primeiro Vice-Líder.

§ 2º A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação. § 3º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação”. (RICD, 2023, p.6).

Além disso, em atendimento às medidas de prevenção à propagação do novo Coronavírus, a Câmara dos Deputados aprovou a Resolução nº 14/2020⁵, regulamentada por meio do Ato da Mesa nº 123/2020⁶, para permitir a realização de sessões pelo Plenário Virtual e definiu a suspensão das reuniões de Comissões da Câmara enquanto perdurasse a crise sanitária. Por esse motivo, não houve a indicação dos líderes para composição das Comissões, fazendo com que estas não fossem instaladas em 2020. Nota-se que não foram realizadas reuniões ou audiências públicas nas Comissões Permanentes e nas Comissões Temporárias, ocorreu apenas encontros virtuais sobre diversos temas, as quais não foram considerados como reuniões das Comissões. Durante o ano de 2020, apenas matérias com regime de urgência aprovadas e com manifestação favorável de líderes que representem dois terços dos membros da Casa e das lideranças do Governo, da Maioria, da Minoria e da Oposição, eram pautadas e discutidas em Plenário.

4.1 Análise de cluster - Relatórios das CEC da Câmara dos Deputados

A Comissão de Educação e Cultura desempenha um papel importante na formulação de políticas públicas para o setor, visto que concentram as discussões sobre educação em seus diferentes níveis materializados em PLs, eventos e requerimentos de audiências, trazendo discussões relevantes para o desenvolvimento educacional do país. A primeira análise exploratória da pesquisa foi a partir da utilização dos relatórios da CEC para gerar no Software NVivo 14 uma análise de Cluster que produz diagramas, os quais usam cores e posicionamento para mostrar a semelhança ou dissimilaridade entre os arquivos de acordo com o uso de palavras, valores de atributos ou codificação. Escolhemos, para representar o resultado, o dendrograma⁷, cuja função principal é mostrar em um esquema visual a aproximação entre itens por similaridade. A nossa análise buscou compreender a proximidade de conteúdos discutidos nos relatórios da CEC (2003-2022)

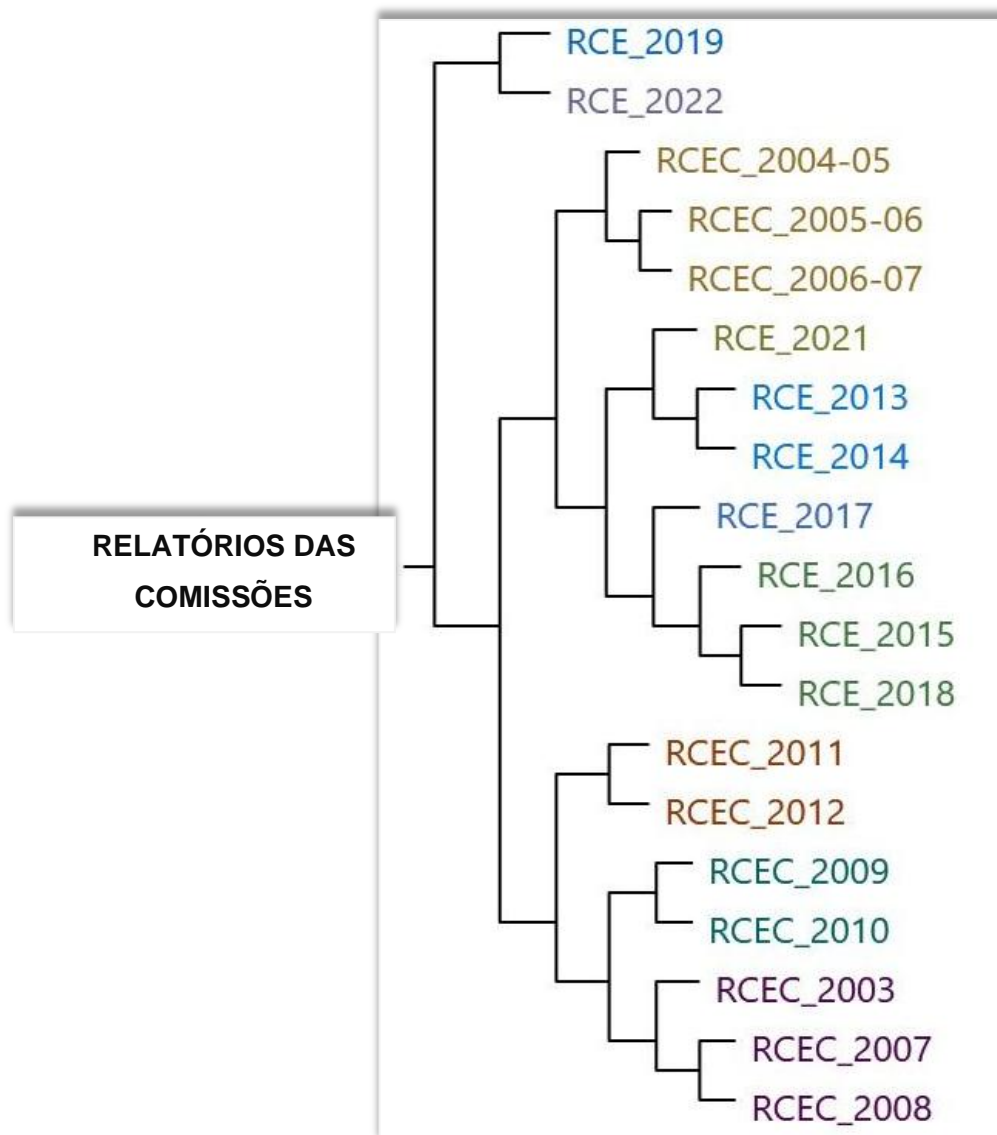
⁵ RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 14, DE 2020. Disponível em: <https://x.gd/pKcHH>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁶ ATO DA MESA Nº 123, DE 20/03/2020. Disponível em: <https://x.gd/9aTzK>. Acesso em: 25 jul. 2025.

⁷ O dendrograma é um tipo de diagrama de árvore usado para representar a estrutura de um conjunto de dados hierárquico. É utilizado em análise de cluster para visualizar como os itens ou grupos de itens que estão agrupados a partir das relações de semelhança ou dissimilaridade entre os diferentes elementos. Nesse gráfico cada elemento individual é representado como um "nó" no gráfico. Os nós são então agrupados em "ramos" e "sub-ramos" à medida que se conectam uns aos outros. A altura das conexões entre os nós indica a distância ou dissimilaridade entre os elementos ou grupos, sendo quanto menor a altura da conexão, maior a similaridade. Isso significa que os algoritmos tentam agrupar elementos semelhantes. É uma ferramenta visual que aponta a estrutura hierárquica e os relacionamentos de semelhança entre elementos ou grupos em um conjunto de dados.

por meio da similaridade de palavras com o recurso do coeficiente de correlação de *Pearson*⁸ entre os textos analisados na imagem, a seguir:

Figura 1 - Dendrograma - Cluster por similaridade de palavras dos relatórios da CEC (2003-2022)



Fonte: Elaborado pelo Software NVivo 14 a partir dos relatórios das CEC (2003-2012) e CE (2013-2022)

A partir da Figura1 elaboramos nos itens, a seguir, uma descrição para melhor interpretar os resultados do dendrograma:

- ✓ RCEC - Relatório da Comissões de Educação e Cultura (2003-2012)
- ✓ RCE – Relatório da Comissão de Educação (2013 – 2022)
- ✓ (2003 – 2022) - Anos referentes aos relatórios das CEC

⁸ O software NVivo utiliza o coeficiente de correlação de Pearson. É admitido nesse tipo de correlação um intervalo de valores entre 1 e -1. Observa-se que o zero indica que não há associação entre as duas variáveis. Um valor maior que zero indica uma associação positiva. Isto é, à medida que o valor de uma variável aumenta, o mesmo acontece com o valor da outra variável. Um valor menor que zero indica uma associação negativa, significa que o valor de uma variável aumenta, enquanto o valor da outra diminui.

A imagem apresentada refere-se a um dendrograma de clusterização hierárquica gerado no software NVivo 14, utilizando a métrica de correlação de *Pearson* para identificar semelhanças léxicas entre os relatórios da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no período de 2003 a 2022. O método tem como base a frequência e ocorrência de palavras-chave nos textos e agrupa os documentos com base na proximidade estatística entre seus vetores de palavras (Bardin, 1979; Gibbs, 2018).

A correlação de *Pearson*, neste caso, mede a associação linear entre os padrões de frequência das palavras nos documentos analisados. Valores mais próximos de 1 indicam alta similaridade vocabular entre os textos, enquanto valores próximos de 0 ou negativos indicam diferenças significativas (Miles; Huberman; Saldaña, 2014). O dendrograma evidencia três ciclos discursivos principais:

- ✓ **2003–2010:** os documentos (RCEC_2004-05, RCEC_2005-06, RCEC_2006-07, RCEC_2009 e RCEC_2010) apresentam um núcleo comum de vocabulário, voltado à expansão da educação superior pública, financiamento estudantil e políticas afirmativas, as quais marcam os governos de Lula I e II (2002 – 2009) e o início do mandato do primeiro governo de Dilma (Lopes; Macedo, 2011). A presença de RCEC_2003 mais afastado indica uma linguagem de transição, anterior à consolidação do discurso educacional progressista.
- ✓ **2011–2018:** os documentos (RCE_2013, RCE_2014, RCE_2015, RCE_2016, RCE_2017 e RCE_2018) formam um cluster denso, com grande correlação interna. Isso indica a continuidade de políticas públicas consolidadas, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o SISU e os debates sobre regulação da educação a distância, representando um vocabulário técnico a partir das novas políticas de regulação do ensino superior e das políticas afirmativas.
- ✓ **2019–2022:** os relatórios RCE_2019 e RCE_2022 agruparam-se entre si, e, conseqüentemente, distanciando-se dos demais, o que demonstra que há divergências dos temas/assuntos discutidos nos textos referentes aos demais anos que integram a pesquisa. Isso indica mudanças discursivas significativas, a qual está associada à nova orientação ideológica e administrativa do Ministério da Educação durante o Governo Bolsonaro. Este distanciamento vocabular indica mudanças na agenda pública, a partir de temas como o desmonte de políticas educacionais, cortes orçamentários e a centralidade de assuntos como liberdade educacional, ideologia

de gênero, pagamento de mensalidade em instituições públicas, entre outros. (Oliveira; Vieira, 2021).

O uso do NVivo 14 como ferramenta de apoio na análise qualitativa e estatística reforça a validade dos achados. Softwares de análise de conteúdo assistida por computador, *Computer Assisted Qualitative Data Analysis (CAQDAS)*, permitem uma leitura sistematizada de grandes volumes de dados textuais e oferecem recursos como codificação automática, análise de clusters, nuvens de palavras e comparações quantitativas (Alves; Figueiredo Filho; Henrique, 2015).

Assim, a estrutura do dendrograma permite afirmar que houve três momentos distintos de formulação ou discurso educacional ao longo do período de análise desta pesquisa. Esta metodologia adotada é compatível com estudos que buscam mapear a evolução de políticas públicas por meio da análise do conjunto de atores, ideias tônicas e formulação de políticas públicas, conforme proposto por Kingdon (2014).

4.2 Análise das notas taquigráficas das audiências públicas

As audiências são reuniões abertas ao público em geral, realizadas com o intuito de debater questões relacionadas aos projetos de lei, emendas constitucionais, políticas públicas e assuntos de interesse nacional pertinentes à comissão legislativa que solicitou a reunião. Estas audiências promovem a participação democrática no processo legislativo de especialistas, organizações da sociedade civil, sindicalistas, representantes de associações, movimentos sociais e populares, entre outros grupos de atores que dialogam diretamente com os temas das audiências por meio de seus conhecimentos, experiências e interesses da classe à qual pertence, emitindo um discurso de autoridade sobre o tema abordado na reunião.

Após as audiências públicas serem aprovadas nas Reuniões deliberativas ordinárias das referidas comissões, inicia-se um processo de sua organização para que o seu funcionamento ocorra de acordo com o regimento interno da Câmara dos Deputados ou do Senado, garantindo a ampla participação dos atores interessados para compor a plateia ou participaram como debatedores que, geralmente, são constituídas por autoridades no tema, Ministros de Estado ou representantes, burocratas de alto escalão e movimentos sociais envolvidos diretamente no tema.

As audiências públicas requeridas pelo Legislativo são instrumentos democráticos que buscam ampliar a participação da sociedade civil nas discussões e decisões no momento de formulação de políticas públicas. Essas reuniões fomentam o diálogo entre diferentes grupos sociais, os quais ganham notoriedade e podem gerar uma contribuição para o debate sobre temas de interesse nacional, fortalecendo a transparência, a representatividade e a legitimidade do processo legislativo.

Os resultados da segunda fase da pesquisa iniciam-se a partir da apresentação dos documentos, os quais constam na Tabela 2, a partir do *Corpus Documental*⁹ da análise, com o número total de páginas analisadas e os minutos transcritos das audiências¹⁰ que integraram a pesquisa:

Tabela 2 - Corpus documental das Audiências Públicas

GOVERNOS	DOCUMENTOS	PÁGINAS	MINUTOS
LULA I	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	3305	1011
LULA II	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	287	996
DILMA I	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	262	415
DILMA II	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	140	666
TEMER	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	301	1314
BOLSONARO	Notas Taquigráficas e transcrição (Câmara dos Deputados e Senado)	520	-
TOTAL		1815	4402

Fonte: Notas Taquigráficas - Audiências da Câmara dos Deputados e Senado - Elaborado pela autora.

A seguir, o Quadro com o título de todas as audiências analisadas na pesquisa, as quais foram separadas por períodos dos Governos de Lula I (2003 -2006), Lula II (2007 - 2010), Dilma I (2011- 2014), Dilma II (2015-08/2016), Temer (08/2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022):

⁹ Os textos referentes ao Corpus Documental de 2003 a 2018 constituem o material do Banco de dados em Nvivo 14 de pesquisas já codificados.

¹⁰ As notas taquigráficas são elaboradas pelo setor de taquigrafia da Câmara dos Deputados ou do Senado a pedido do presidente da audiência, não sendo obrigatória a sua elaboração. Isto implica que algumas audiências não têm notas taquigráfica, mas o áudio e/ou o vídeo (das audiências mais recentes) são disponibilizados na íntegra, sendo necessário fazer a transcrição do conteúdo.

Quadro 1 - Audiências Públicas analisadas (2003-2022)¹¹

	2003	DATA	TÍTULO
LULA I	2003 2004/ 2005	22/10	Situação das universidades estaduais e autarquias municipais de ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		29/10	A proposta da ANDIFES para expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		26/11	O sistema de cotas raciais para afrodescendentes - (Câmara dos Deputados).
	2004/ 2005 2005/ 2006	04/05	Debata sobre o Programa Universidade para Todos - (Câmara dos Deputados).
		13/5	Implantação do sistema de cotas em instituições públicas de ensino - (Câmara dos Deputados).
		26/05	PL de iniciativa do Poder Executivo sobre o ProUni e a criação de cotas para ingresso na educação superior (Câmara dos Deputados).
		15/6	A adoção de cotas raciais e étnicas nas universidades públicas - (Câmara dos Deputados).
	2007	25/11	Criação da universidade federal do agreste - (Câmara dos Deputados).
26/5		O programa universidade para todos - (Câmara dos Deputados).	
LULA II	2007 2008	25/4	PL 73/99 - reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública em instituições federais de ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		14/8	Discutir a criação dos campi da universidade federal do Tocantins - (UFT) - (Câmara dos Deputados).
	2008 2009	8/11	Criação da universidade federal popular da mesorregião grande fronteira do Mercosul - (Câmara dos Deputados).
		15/10	Discutir o PL 3745/2008 - (Câmara dos Deputados).
	2009 2010	19/6	Debater a participação de capital estrangeiro na educação - (Câmara dos Deputados).
		19/5	Implantação do IF - PL 11982/2008 - (Câmara dos Deputados).
		22/04	Programa de Apoio ao Reuni (Senado).
		29/04	A participação do capital estrangeiro nas instituições educacionais (Senado).
	2010 2011	09/09	A Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Senado).
		30/09	Debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do FIES - (Senado).
		19/5	O ingresso de grupos econômicos estrangeiros no controle de instituições privadas de educação superior do Brasil - (Câmara dos Deputados).
DILMA I	2012	26/5	Discutir as relações de poder entre mantenedoras e mantidas das instituições educacionais de capital estrangeiro, tendo em vista a legislação em vigor - (Câmara dos Deputados).
		15/06	Ensino Superior e Pós-Graduação (Senado).
	2013 2015	18/04	Autonomia das Universidades Públicas (Senado).
		10/10	Destinada a debater a fusão entre as empresas KROTON educacional - (Câmara dos Deputados).
		17/9	Debater a reestruturação e a expansão das universidades federais e da educação profissional e tecnológica da rede federal no país - (Câmara dos Deputados).
		10/12	Destinada a tratar dos planos de expansão da rede federal de ensino, critérios e possibilidades regionais - (Câmara dos Deputados).
		10/07	Os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira (Senado).
09/10	Os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, mantidos pela empresa Galileo Educacional (Senado).		
DILMA II	2015 2016	7/5	A situação financeira e política da expansão universitária no Brasil - (Câmara dos Deputados).
		8/9	Implantação de instituições federais de ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		20/10	O marco regulatório da educação a distância (<i>Evento/Seminário</i>) - (Câmara dos Deputados).
		15/10	Marco Regulatório da Educação a Distância – EaD (Senado).
	2016	25/10	Debater Fontes de Financiamentos para os Estudantes da Educação Superior Privada no País.

¹¹ Os textos referentes às audiências de 2003 a 2018 constituem o material do Banco de dados em Nvivo 14 de pesquisas já codificados durante os estudos realizados no Doutorado (2019 a 2023), conforme descrito nos objetivos deste projeto, sendo utilizado como um comparativo para o Governo Bolsonaro (2019-2022), o qual é a fonte principal de análise e desta pesquisa.

TEMER	2017	13/7	Debater os impactos da redução do orçamento das IFES - (Câmara dos Deputados).
		22/8	Pagamento da universidade pública pelas pessoas ricas - (Câmara dos Deputados).
		26/9	MP 785/17 - Dispõe sobre o FIES - (Câmara dos Deputados).
		26/10	A crise financeira das universidades públicas federais e a situação da UERJ - (Câmara dos Deputados).
		10/10	Debater as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação – IFs (Senado).
	2018	10/7	Sucateamento das universidades públicas no Brasil - (Câmara dos Deputados).
		14/8	Analisar e debater a EC nº 95, teto dos gastos, e o orçamento da educação - (Câmara dos Deputados).
		22/11	Atualizar os referenciais de qualidade da educação superior a distância - (Câmara dos Deputados).
30/05		Debater sobre a crise financeira nas Universidades Federais - (Câmara dos Deputados).	
BOLSONARO	2019	02/07	Cortes orçamentários no ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		06/06	Desenvolvimento científico e tecnológico de instituições públicas que atuam com EaD - (Câmara dos Deputados).
		08/10	Nomeação de dirigentes de universidades e institutos federais - (Câmara dos Deputados).
		11/07	Discutir as relações institucionais entre os diversos setores da comunidade universitária e o Governo Federal - (Câmara dos Deputados).
		11/09	Debater a situação da CAPES e do CNPq - (Câmara dos Deputados).
		19/11	Debater os entraves e a reduzida oferta de recursos para o financiamento de estudantes do curso de medicina nas instituições de ensino superior, especialmente na Região Nordeste - (Câmara dos Deputados).
		22/05	Cortes de verbas - (Câmara dos Deputados).
		28/08	Discutir a situação orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq - (Câmara dos Deputados).
	2020	-	NÃO HOUVE FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES – (Pandemia Covid-19)
	2021	05/04	Debater sobre a autonomia universitária e a liberdade de cátedra nas instituições federais - (Câmara dos Deputados).
		05/10	Desafios da permanência de estudantes indígenas e quilombolas no ensino superior brasileiro - (Câmara dos Deputados).
		09/06	Debater sobre o orçamento do Ministério da Educação — MEC e sobre os impactos decorrentes do veto (orçamentário) - (Câmara dos Deputados).
		23//08	Educação a distância no ensino superior - (Câmara dos Deputados).
		10/12	Instruir o PL 4656/2020 - altera Lei de Cotas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio (Senado Federal)
		10/11	Debater o tema ProUni - Desafios sobre o futuro e as propostas de reformas (Senado Federal)
2022	14/12	Explicar o bloqueio de verbas no ensino superior - (Câmara dos Deputados).	
	15/06	Cortes no orçamento da educação anunciados em maio de 2022 - (Câmara dos Deputados).	

Fonte: Notas Taquigráficas das audiências da Câmara dos Deputados e Senado - Elaborado pela autora.

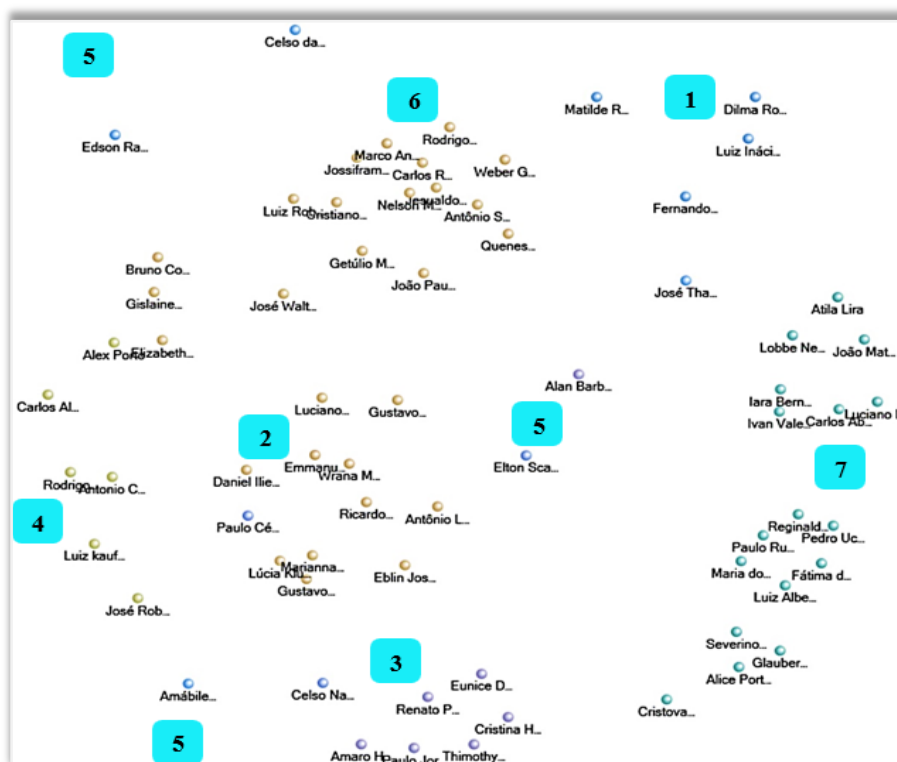
As audiências públicas podem ser interpretadas, a partir da teoria de Kingdon (2005), como a busca por soluções para os problemas públicos, visto que é o momento da tomada de decisão e reconhecimento destes problemas e seleção de alternativas e soluções para as demandas elencadas como prioridades na agenda governamental. Entende-se que a análise das alternativas, os atores e as instituições envolvidas nesse processo, a partir do reconhecimento e encaminhamento das propostas para o desenvolvimento das políticas públicas. Dessa forma, as políticas e os instrumentos utilizados são decorrentes das ações e intervenções de diversos atores que participam do referido processo. (COBB; ELDER,

1971; KINGDON, 2014; SABATIER, 1999). A ação política desses atores é representada pelos burocratas, movimentos sociais, partidos políticos, sindicalistas, representantes de associações do ensino superior público e privado, mídia, entre outros.

Ao mapear as instituições e os atores que elaboraram a agenda simbólica¹² do campo educacional, notamos que diversas ideias desses participantes chegaram às comissões mais sólidas e defendidas por coalizões já pré-estabelecidas do Legislativo. Após estes estágios, por meio das codificações das notas taquigráficas da Câmara dos Deputados e do Senado, permitiu também identificar as comunidades de políticas relevantes ao subsistema de educação.

Na figura, a seguir, apresentamos um diagrama de cluster com os 70 atores que mais participaram das audiências e tiveram falas codificadas nas reuniões, conforme consta no banco de dados da pesquisa de 2003 a 2018 e, na sequência apresentamos um cluster com as análises referentes aos anos de 2019 a 2022 (Governo Bolsonaro). Isto permite realizar comparações, aproximações e distanciamentos entre as comunidades de políticas que participaram da construção das políticas educacionais dos períodos:

Figura 2 - Cluster por similaridade de atributos entre os atores (2003- 2018)



Fonte: Notas Taquigráficas das audiências públicas (Câmara dos deputados e Senado 2003 a 2018). Elaborado pelo Software NVivo 14.

¹² Referem-se às questões em estágios mais iniciais da definição da agenda como propostas que não enfrentam o debate em comissões e não demandam barganha entre os Poderes. A agenda simbólica relaciona-se com os momentos iniciais do processo de produção de políticas, nos quais os custos institucionais são mais baixos em comparação a outros estágios do mesmo processo. (JONES; BAUMGARTNER, 2005).

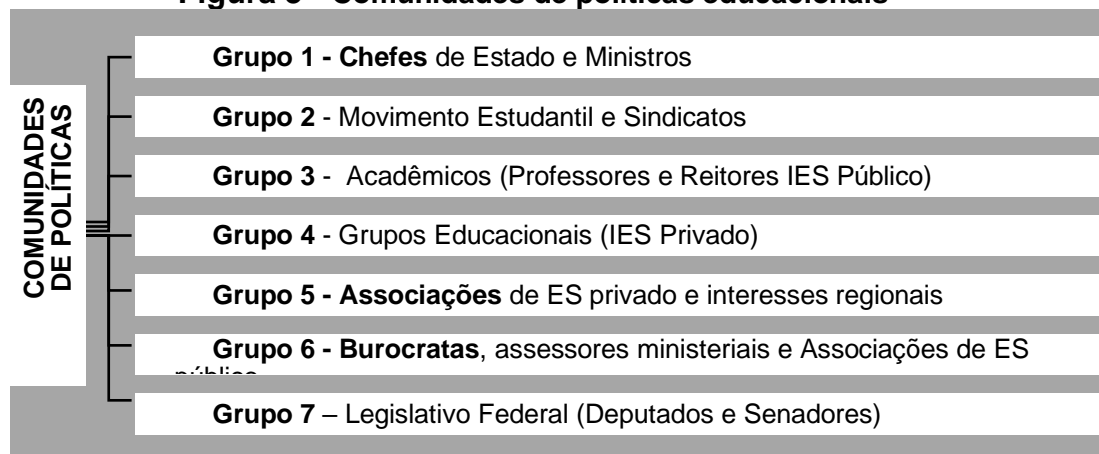
A partir da Figura 2, o cluster agrupou os 70 atores¹³ em sete grupos, a partir da codificação das notas taquigráficas, mapeando as falas destes atores e a associando-as aos códigos e subcódigos da pesquisa. Esses grupos formados são as comunidades de políticas, cujos membros de cada associação defendem os interesses do seu grupo assim como de suas instituições. A análise deste cluster mostra a organização dos atores mais influentes em suas respectivas comunidades de políticas em suas respectivas instituições que participaram do processo de formulação das políticas expansionistas do ES.

As comunidades de políticas são compostas por pessoas com interesses diversos, mas compartilham o conhecimento sobre os problemas desta área de política. As comunidades dentro do modelo possuem uma função primordial na construção de várias ideias que podem ser adotadas pelos formuladores de políticas. Contudo, há uma ressalva no papel das comunidades, as quais não conseguem inserir um novo tema na agenda governamental sem a junção dos três fluxos propostos pelo modelo de múltiplos fluxos (Fluxo dos Problemas; Fluxo das Soluções; Fluxo da Política). (Kingdon, 2014).

Além das comunidades de políticas estarem interessadas em reconhecer algumas demandas da sociedade, Kingdon afirma que há algumas questões que impulsionam a sobrevivência dessas ideias, conforme foram elencadas por Capella (2018): 1) viabilidade técnica; 2) aceitação pela comunidade de especialistas; 3) custos toleráveis; 4) aceitação pelo público em geral; e 5) receptividade por parte dos tomadores de decisão. Esses fatores apresentam que há um número elevado de ideias possíveis, mas poucas são relevantes para os atores inseridos no processo decisório.

Sobre a pesquisa de atores e ideias, no que se refere à agenda governamental, é importante que o pesquisador conheça os níveis de formação de agenda. Isto para compreender quais recursos, principalmente capital humano para construção de redes de sustentação para determinado tema, e aceitação ou interesse do governo por este tema discutido entre os atores dentro das comunidades de políticas e, posteriormente, nas audiências públicas e nas comissões específicas, as quais, para o subsistema pesquisado, foram consideradas as comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado. Para facilitar a análise, renomeamos os grupos com títulos que criam uma identidade aos membros pertencentes a cada comunidade de política encontrada na pesquisa:

¹³ Foram catalogados 224 atores que participaram das audiências. Na impossibilidade de representar em algum diagrama todos os atores, foram utilizados os 70 atores com a maior frequência de codificações e presenças nas audiências.

Figura 3 - Comunidades de políticas educacionais

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na Figura 3, verifica-se a importância que dos funcionários das organizações governamentais que são protagonistas no processo de decisão de política, exercendo influência na formulação, implementação e execução de políticas sociais. Esses atores fazem escolhas e tomam decisões, de acordo com informações privilegiadas que possuem de determinados assuntos. Em burocracias estatais, o poder de cada servidor é compatível com o nível hierárquico que ocupa na empresa. No Brasil, os servidores de baixo escalão não lidam normalmente com áreas sensíveis como a que envolve a relação entre governo e sociedade civil no âmbito dos conselhos. (Côrtes, 2010).

Os atores se agrupam em redes de políticas que podem ser formalizadas ou não, e o que determina o seu grau de formalidade é o maior nível de coesão entre os atores na defesa de suas crenças, tentando eliminar eventos externos e atores com interesses conflitantes, os quais disputam atenção governamental e, principalmente, orçamento. (Almeida; Gomes, 2018). Estas redes são compostas por atores públicos e privados que são motivados para debater e agir em torno de interesses e valores comuns sobre uma política setorial. (Côrtes, 2007; Secchi, 2013). Estes atores sociais podem ser coletivos ou individuais, respeitando a hierarquia entre os mesmos. A *policy network* (rede de políticas públicas) compõem as comunidades nas quais esses atores se confrontam, articulam e constroem consensos provisórios ou estratégicos para a formulação e implementação de políticas. (Côrtes, 2010).

Desse modo, os atores de cada subsistema, neste estudo considera-se os membros ligados ao ensino superior, agrupam-se em coalizões de advocacia ou defesa, em que cada coalização possui um conjunto diferenciado de crenças, compreendendo as prioridades, valores, percepções sobre importantes relações causais, a magnitude dos problemas e a eficácia dos instrumentos de políticas públicas para enfrentá-los, entre outros elementos. (Sabatier, 1999; Araujo, 2013).

Assim, “[...] o conceito de coalizões parece se aproximar do significado de comunidades políticas ao assumir que a especialização é tida como condição necessária para o indivíduo/grupo influir no processo de formulação de políticas”. (Capella, Brasil, 2015, p. 67-68). O sistema de crenças e recursos políticos mantém os membros de uma coalizão unidos em direção aos interesses do grupo para efetivação como uma política pública. (Sabatier, 1999; Sabatier, Weible, 2007).

Os atores pertencentes ao subsistema da educação superior representado na Figura 2 pelas comunidades de políticas tentam fazer com que suas demandas ganhem espaço dentro da agenda sistêmica (ideias relevantes no processo político de interesse das comunidades de políticas) para atingirem a agenda institucional, a qual é composta por questões que são consideradas como relevantes entre as discussões pelo Poder Executivo, Legislativo ou Comissões específicas da Câmara dos Deputados ou Senado federal. (Birkland, 2019).

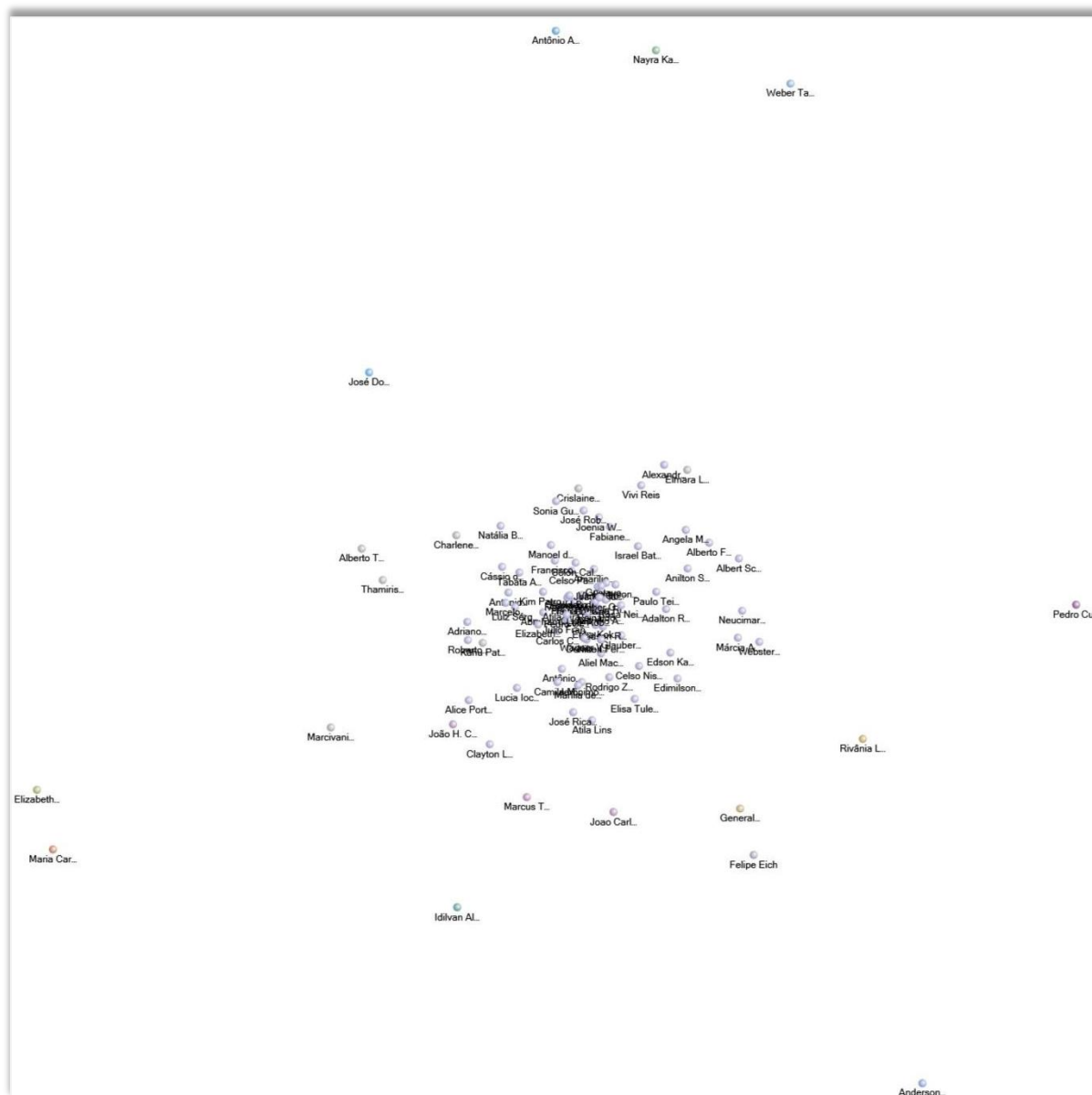
No modelo de múltiplos fluxos idealizado por Kingdon (2014), há uma distinção entre dois grupos de atores que influenciam na formulação de políticas públicas, sendo o primeiro de atores visíveis (*visible cluster of participants*), representado pelo presidente e seus assessores de alto escalão, membros do Congresso, líderes partidários e presidentes de comitês importantes, os quais recebem considerável atenção da imprensa e do público. Portanto, assuntos indicados por esses atores têm maiores chances de ascender à agenda governamental. No cluster há dois grupos de atores que se enquadram neste conjunto de participantes: Grupo 1 - Chefes de Estado e Ministros e o Grupo 7 – Legislativo Federal (Deputados e Senadores). Além destes, os burocratas de alto escalão (secretários e assessores ministeriais) – integrantes do Grupo 6 também se enquadram entre os atores mais influentes no processo de construção de políticas públicas.

Os atores invisíveis (*hidden clusters of participants*) que compõem as comunidades de especialistas, gerando alternativas, propostas e soluções. Inclui nesse grupo acadêmicos, pesquisadores, consultores, burocratas de carreira, funcionários do Congresso e analistas de grupos de interesses (Kingdon, 2014). Identifica-se no cluster, os atores pertencentes ao Grupo 2 - Movimento Estudantil e Sindicatos, Grupo 3 - Acadêmicos (Professores e Reitores IES Público), Grupo 4 - Grupos Educacionais (IES Privado), Grupo 5 - Associações de ES privado e interesses regionais e alguns membros do Grupo 6 como os representantes das associações nacionais de ensino superior e alguns burocratas de carreira. Este último grupo possui integrantes que transitam entre as classificações de Kingdon (2014).

Na figura, a seguir, apresentamos um diagrama de cluster, formado a partir da codificação das falas dos atores que participaram das audiências, conforme consta no banco de dados da pesquisa de 2019 a 2022 (Governo Bolsonaro). Contudo, a participação

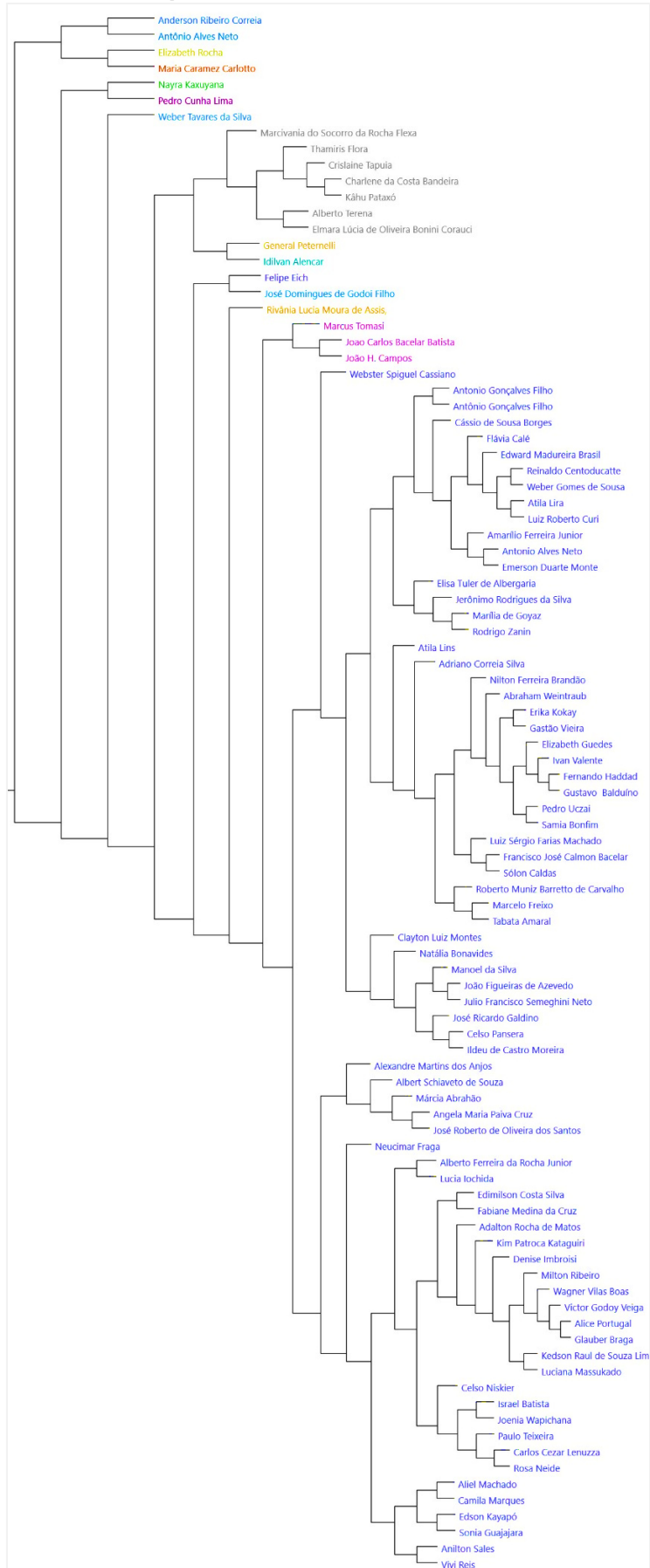
dos atores não construiu comunidades de políticas visíveis, por isso, foi elaborado, na sequência, um diagrama em forma de dendrograma, possibilitando, desta forma, verificar as aproximações e distanciamento entre os atores.

Figura 4– Cluster por similaridade de atributos entre os atores



Fonte: Notas Taquigráficas das audiências públicas (Câmara dos deputados e Senado 2019 a 2022). Elaborado pelo Software NVivo 14.

Figura 5 – Cluster por similaridade de atributos entre os atores



Fonte: Notas Taquigráficas das audiências públicas (Câmara dos deputados e Senado 2019 a 2022). Elaborado pelo Software NVivo 14.

A análise dos clusters gerados a partir da participação dos atores nas audiências públicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresentam agrupamentos de atores que compartilham ideias, ou seja, realizam coalizões no parlamento, no debate sobre políticas públicas educacionais. Esta representação gráfica, em forma de um dendrograma, demonstra os vínculos discursivos entre os atores presentes nas audiências - parlamentares, representantes de entidades civis, gestores e especialistas-, indicando a defesa de temáticas a partir das comunidades de política (*policy communities*), as quais se articulam de forma contínua no processo de construção da agenda governamental.

Para Hecló (1978), as comunidades são redes relativamente estáveis de atores institucionais e técnicos que compartilham valores, interesses e conhecimentos sobre determinados setores das políticas públicas, neste estudo, sobre educação superior. No caso das audiências públicas analisadas, nota-se a recorrente presença de atores vinculados ao setor educacional como reitores de universidades, parlamentares com atuação consolidada na área e representantes de movimentos sociais, configurando uma rede com alto grau de especialização e permanência no debate sobre o ensino superior.

Neste dendrograma, observa-se a formação de agrupamentos entre parlamentares: Ivan Valente, Érika Kokay e Samia Bomfim, frequentemente associados às posições críticas em relação às políticas de privatização e ao financiamento da educação pública. Em outro polo, surgem nomes como os ex-ministros da Educação Milton Ribeiro e Abraham Weintraub que compartilham discursos voltados à defesa de reformas administrativas e curriculares conservadoras que ocorreram no Governo Bolsonaro (2018-2022).

Ainda, há agrupamentos que conectam atores acadêmicos e institucionais, como Anderson Ribeiro Correia (ex-presidente da CAPES), Pedro Cunha Lima e Maria Carmen Carlotto, evidenciando a presença de especialistas com histórico de participação em organismos oficiais de formulação e avaliação de políticas.

Com isso, os estudos sobre as redes de políticas contribuem para interpretar a formação desses clusters como reflexo de relações de interdependência entre os atores. Estes agrupamentos não são ocasionais, mas se constituem a partir de resultados de padrões de interação sustentados ao longo do período analisado, nos quais a troca de informações e o alinhamento estratégico desempenham papel fundamental na consolidação de posições políticas e na disputa por influência sobre a formulação de políticas educacionais.

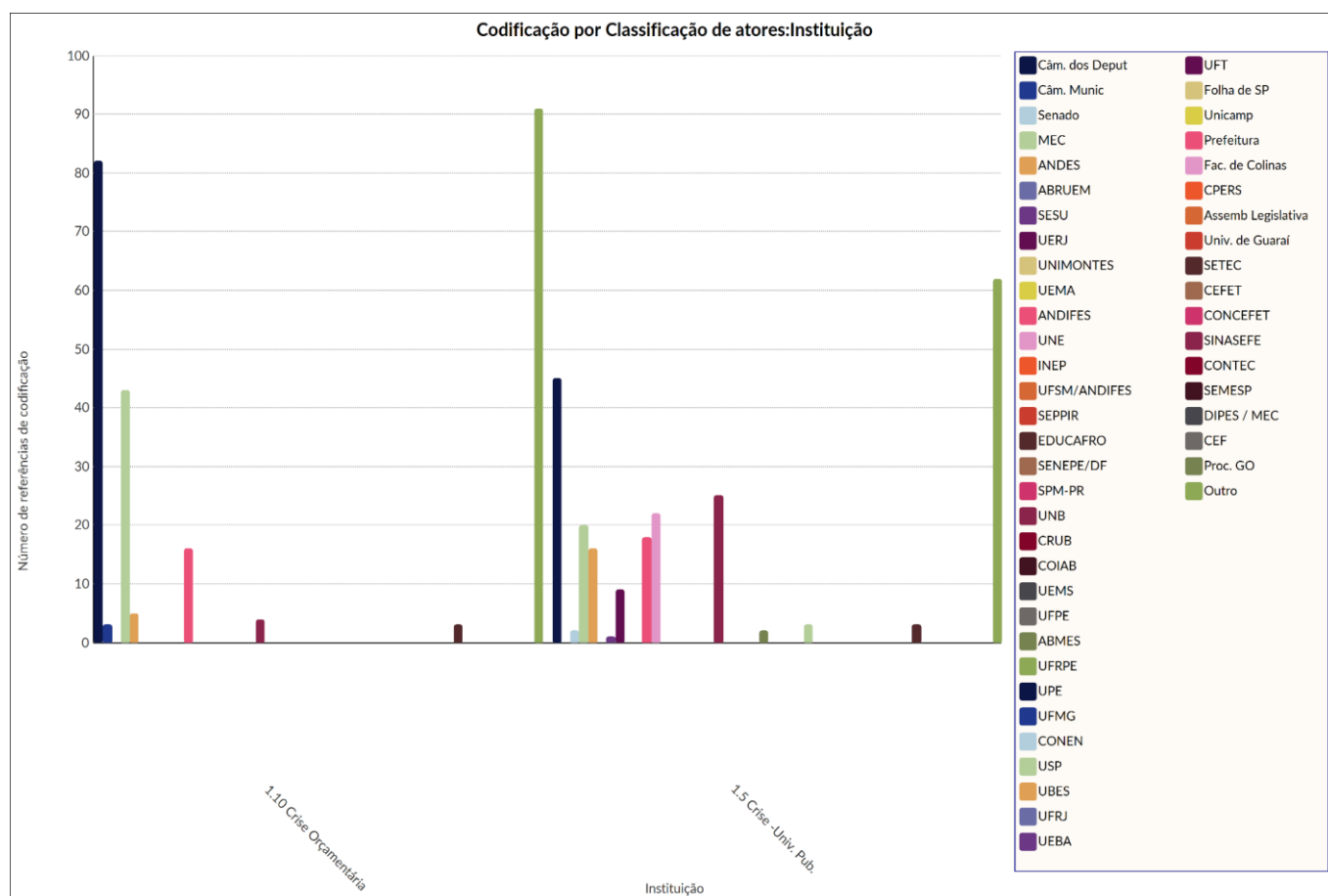
A utilização de técnicas de análise de cluster com o suporte do software NVivo 14, associada à análise de conteúdo do corpus documental — composto por notas taquigráficas

das audiências e resumos das atas do CNE-CES — permitiu identificar com precisão essas conexões. Os dendrogramas ilustram como determinados atores se agrupam conforme suas posições discursivas, frequência de participação e afinidade temática, possibilitando inferências relevantes sobre a estrutura das coalizões políticas que atuam no campo da educação.

Para o gráfico a seguir, foi considerado apenas as instituições, ou seja, agrupamos os atores em suas respectivas instituições. Essa escolha metodológica foi realizada devido à grande quantidade de atores que foram catalogados no banco de dados da pesquisa, impossibilitando a visualização gráfica. O arquivo do NVivo 14 que agrega os documentos codificados e as análises da pesquisa permitem ainda que outras relações possam ser criadas, visto que não esgotamos todas as possibilidades de resultados a partir do banco de dados.

No gráfico consta a frequência de codificação a partir da relação entre as Instituições e os seus respectivos interesses nos temas abordados nas audiências públicas (2019-2022), cujo tema principal das reuniões deste período era a crise orçamentária do ensino superior. Os assuntos considerados na pesquisa estão representados no gráfico da seguinte maneira: *1.10 Crise orçamentária e 1.5 Crise das universidades públicas*. Essa relação pode ser observada a seguir:

Gráfico 1 - A relação entre as Instituições e os temas sobre crise orçamentária e crise das universidades pública abordados nas audiências públicas (2003-2018)



Fonte: Notas Taquigráficas das audiências públicas (Câmara dos deputados e Senado 2019 a 2022). Elaborado pelo Software NVivo 14.

A partir deste gráfico - a codificação por classificação de atores e instituições durante as audiências públicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal entre 2019 e 2022 - é possível realizar uma análise da participação institucional nos debates sobre a crise orçamentária (1.10) e a crise das universidades públicas (1.5). O gráfico demonstra o número de referências de codificação por instituição em cada um desses temas, evidenciando os atores mais engajados nessas discussões.

Com isso, a Câmara dos Deputados aparece como a instituição com maior número de referências no tema da crise orçamentária, com mais de 80 menções, indicando a centralidade do parlamento federal na formulação e fiscalização dos cortes orçamentários das políticas da educação superior. Na sequência, o grupo “Outro” — que compreende instituições variadas como organizações da sociedade civil, consultores independentes e outras universidades não listadas individualmente — também registra um número expressivo de intervenções, sobretudo no tópico da crise das universidades públicas.

Entre as instituições acadêmicas, destaca-se a presença da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), com significativa participação nos dois temas, principalmente na crise das universidades públicas, o que reflete seu papel representativo e de mobilização em defesa das universidades federais. Instituições como a UnB, UFRJ, UFPE e UFMG também aparecem de forma destacada, reforçando a participação ativa de reitores, docentes e técnicos dessas universidades nos debates das audiências públicas.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) é outra entidade que contribui amplamente com argumentos e denúncias sobre os impactos das restrições orçamentárias na vida estudantil - corte das bolsas de permanência estudantil - e na infraestrutura das universidades públicas. Além disso, órgãos como o MEC, INEP e SESU também são citados, mas com menor intensidade, sugerindo uma atuação mais protocolar ou técnica nas discussões.

4.2.1 Nuvem de palavras – Audiências públicas

A nuvem de palavras gerada a partir das notas taquigráficas da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (2003–2022) evidencia a centralidade do debate sobre políticas públicas educacionais no contexto parlamentar brasileiro. A palavra “educação”, destacada em tamanho e frequência, confirma o lugar prioritário desse tema na agenda da comissão, acompanhado por termos como “universidade”, “ensino”, “superior”, “pública” e “federais”, que remetem diretamente à estrutura e expansão do ensino superior público no país. Esse cenário dialoga com o contexto de formulação e implementação de políticas voltadas à democratização do acesso à universidade como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, e que promoveu a criação de novas universidades e campi, além da ampliação de vagas e cursos, principalmente nas regiões historicamente excluídas do mapa da educação superior brasileira (Pereira; Castro, 2018).

A expansão foi acompanhada por políticas de inclusão como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o novo FIES, que buscam alargar o acesso também ao setor privado. Palavras como “acesso”, “recursos”, “importante” e “todos” indicam a ênfase dos parlamentares na ampliação das oportunidades educacionais e no

4.3 Análise do Conselho Nacional de Educação (2003 – 2022)

A análise das atas da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre 2003 e 2009, referentes aos dois mandatos do governo Lula, apresenta três eixos de atuação. O primeiro deles, trata-se do âmbito referente à regulação e supervisão do ensino superior, envolvendo a autorização, reconhecimento de cursos e instituições, credenciamentos e participações de órgãos como o SESU, INEP e CAPES. Como segundo eixo, temos as ações afirmativas e as políticas educacionais, trazendo as discussões sobre as cotas raciais e sociais, além da análise das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) e as deliberações sobre educação a distância (EAD). E por último, a validação de estudos e pós-graduação, no que se refere à convalidação e revalidação de títulos de mestrado e doutorado (diplomas obtidos no exterior) e a validação de cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, com processos de recurso.

O quadro a seguir apresenta os principais assuntos abordados e as instituições envolvidas.

Quadro 2 - Relação entre Assuntos e Instituições (2003-2009)

ANO	ASSUNTO PRINCIPAL	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
2003	Ações afirmativas no vestibular	UERJ; UNEB; CNE/CES
	EaD e novos decretos	INEP; SEED; SESu; Casa Civil
2004	Diretrizes Curriculares (Direito e Economia)	CNE/CES; OAB; ABED; PUC/GO
	Credenciamento de Centros Universitários	FEEVALE; Euro-Americano; PUC-RJ; UFSM
2005	Autorização de cursos (Psicologia, Direito)	Instituto Luterano de Itumbiara; Faculdade de Sergipe
	Reconhecimento de cursos de Direito	Instituto Camillo Filho; Faculdade Dom Pedro II
2006	Credenciamento e reconhecimento de cursos	FMU; UNINOVE; UNIRIO; Serra dos Órgãos; Caxias do Sul; UNIGRANRIO
2007	Credenciamento e recursos de FATECs	Faculdade São Paulo; Faculdade Parque; FATECs; UNASP
2008	Bicentenário UFBA e credenciamento EaD	UFBA; Faculdade Anhanguera de São José
	Convalidação de Doutorado e EaD	UFMT; FAZU; PUC-SP
2009	Credenciamento de IES privadas	União Dinâmica de Faculdades Cataratas; Faculdade Dinâmica; Faculdade Thereza Porto Marques
	Convalidação de títulos de mestrado e doutorado	FUNECE (UECE); UFPR; Universidade Portucalense
	Credenciamento e recursos de cursos	FAMA (Imperatriz); FARO; Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Já no que se refere à análise das atas entre os anos 2010 e 2018 (governos Dilma e Temer), apresentam-se como principais assuntos abordados o credenciamento de instituições, descredenciamento voluntário e encerramento de cursos, autorização e reconhecimento de cursos, convalidação de estudos e validação nacional de títulos, suspensão ou redução de vagas por decisão da SERES/MEC, DCNs e normas para pós-graduação e os debates sobre políticas públicas de expansão do ensino superior e da EAD. Estas recorrências, portanto, nos faz identificar a existência de padrões no que se refere aos assuntos para os quais os esforços foram direcionados. O quadro abaixo ilustra esta constatação.

Quadro 3 - Relação entre Assuntos e Instituições (2010-2018)

ANO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	INSTITUIÇÕES MENCIONADAS
2010	Credenciamento, recredenciamento, convalidação de estudos, suspensão de vagas	UENP, FAFICOP, Faculdade Jandaia do Sul, FATEC Anchieta, UNIRIO, Faculdade São Leopoldo Mandic, CNEC, MEC/SEED
2011	Referenciais para bacharelados interdisciplinares, recursos contra redução de vagas, credenciamentos e recredenciamentos	UNISANTOS, FAMENE, FIBRA, FASEH, FEFISA, Maurício de Nassau, UNICAP, FDCI, FAPAN
2012	Recursos SERES, credenciamento de novas faculdades e centros EAD, convalidação de estudos	UTP, FACITECH, FABEX, Faculdade dos Guararapes, Centro Educacional de Realengo, UNIP, IESCAMP
2013	Credenciamento e recredenciamento, convalidação de estudos, diretrizes curriculares de Jornalismo, cursos de Medicina e Enfermagem	FAPCOM, FAZU, UCB, Estácio de Sá, UNIRG, Faculdade Internacional Signorelli
2014	Credenciamento EAD, recursos de Medicina, recredenciamentos e convalidação de estudos	FACENE, UNIPLAN, FAMA, UNIPAM, UNIMONTE, UFCSPA, Faculdade Pitágoras
2015	Reexame de diplomas estrangeiros, fóruns e PNE, internatos de Medicina, credenciamento e recursos	UNILUS, FAEL, Eduvale, SESAT, FAMENE, UNIC, UFBA, UFF, CNPq, PUC/RS
2018	Credenciamento e recredenciamento, desativação de cursos, validação de estudos, diretrizes curriculares e debates públicos	UFRPE, Unincor, FASA, PUCPR, FACIT, UNISUAM, FEBASP, Faculdade dos Guararapes, Petrobras Escola de Governo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

E por fim, a análise das atas entre os anos 2019 e 2022 que também não nos trazem grandes novidades em seus assuntos abordados: Credenciamento e recredenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos, recursos e descredenciamentos,

convalidação de diplomas, debates temáticos e audiências públicas, como o quadro a seguir demonstra.

Quadro 4- Relação entre Assuntos e Instituições (2019-2022)

ASSUNTO/TEMÁTICA	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
Credenciamento/ Recredenciamento	FAINOR, Faculdade Atenas Sete Lagoas, UNIDAVI, FACETEN, FAECAD, UNITALENTOS, Faculdade Dominius, FACAPI
Autorização e reconhecimento de cursos	Faculdade Pitágoras, FAPAM, FACIBALS, FATECNA, FACIPLAC, Faculdade CGESP, FFP
Recursos e descredenciamentos	Universidade Brasil, ISEF, Faculdade Unida de Suzano, UNOESTE, Ser Educacional S.A.
Convalidação de estudos e diplomas	FAMINAS-BH, UFV, Università di Padova, Universidade Cruzeiro do Sul, Centro Universitário Uninassau de Salvador
Debates e audiências públicas	USP, UNESP, Unicamp, UFPA, ANDIFES, IME, ITA, RNP, TIM Brasil

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise das atas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação no decorrer dos momentos e governos distintos nos apresenta a continuidade de um processo de regulação, supervisão e expansão do ensino superior brasileiro. Assim, os períodos observados demonstram um movimento contínuo de expansão e regulação do ensino superior, que reflete tanto as mudanças nas políticas educacionais quanto às demandas sociais e econômicas do país, com destaque para a EAD e validação de diplomas estrangeiros.

4.4 Análise do orçamento federal para Educação Superior (2003 – 2022)

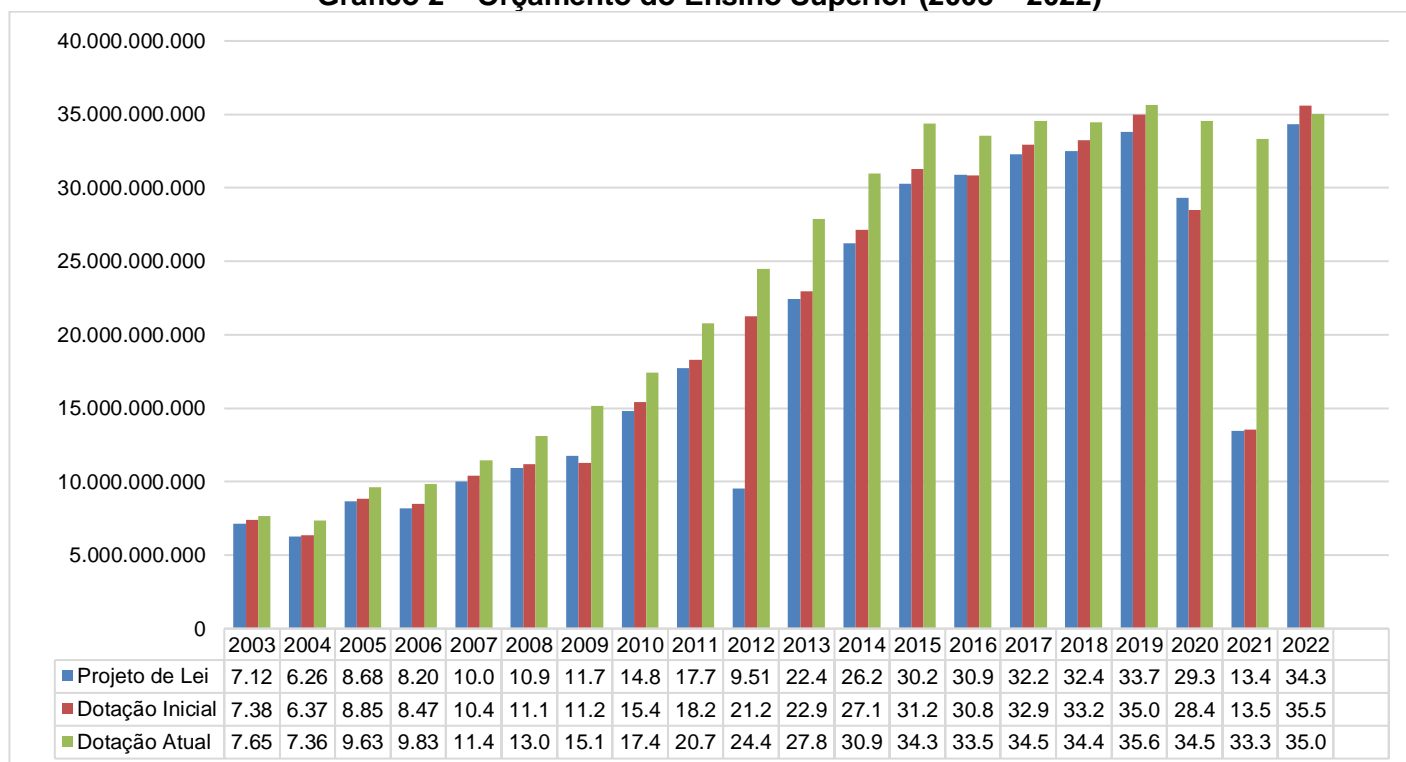
O orçamento federal referente ao ensino superior dentro do período analisado foi dividido em períodos, os quais relacionam-se com o Governo Federal, facilitando, assim, a compreensão. A partir de 2015, observa-se um recuo no ritmo de expansão da educação superior, seguida pela contenção orçamentária na educação, sendo ainda mais impactada após a crise econômica de 2015–2016 e com o Teto de Gastos (EC 95/2016), o qual congelou os investimentos sociais por 20 anos. Além destes, cita-se os sucessivos cortes e contingenciamentos no orçamento da Educação, especialmente após 2019. O Quadro 1, a seguir, demonstra de forma resumida os períodos analisados:

Quadro 5 – Ensino Superior (2003 – 2022)

PERÍODO	TENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	DESTAQUES NO CENSO
2003–2014	Expansão	Aumento de matrículas, cursos e inclusão social
2015–2018	Estagnação	Queda no ritmo de crescimento e financiamento
2019–2022	Restrição e cortes	Redução real de recursos, avanço do EaD privado, diminuição da proporção de matrículas públicas

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir do Quadro 6, durante os governos Lula e início de Dilma Rousseff, o gasto federal com a educação superior aumentou substancialmente em termos nominais e reais. O orçamento do MEC para universidades federais (funcionamento e investimento) passou de cerca de R\$ 8,5 bilhões em 2003 para R\$ 37,5 bilhões em 2014 (valores nominais). Estes gastos compreendem custos com folha de pagamento, expansão de infraestrutura, novas unidades de ensino, assistência estudantil com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e expansão de cotas raciais e sociais. O gráfico, a seguir, foi retirado do SIOP para ilustrar o cenário orçamentário que a pesquisa descreve:

Gráfico 2 – Orçamento do Ensino Superior (2003 – 2022)

Fonte: SIOP (2025).

Acrescenta-se que o orçamento executado para universidades federais caiu de R\$ 37,5 bilhões (2014) para cerca de R\$ 29 bilhões em 2021, em termos reais, descontando

a inflação. Os recursos discricionários (investimentos e custeio) caíram cerca de 50% entre 2014 e 2021, comprometendo a manutenção de prédios, laboratórios e bibliotecas; Bolsas e auxílios do PNAES; Abertura de novas turmas e cursos presenciais. Contudo, o período mais crítico inicia-se em 2019, 2020 e 2021, várias universidades relataram risco de paralisação por falta de verbas de custeio. Além disso, a redução do investimento em pesquisa e na pós-graduação impactou o orçamento da Capes e CNPq e atrasos no pagamento das bolsas, especialmente durante a Pandemia Covid-19. A crise nas instituições federais agravou-se com a nomeação de reitores não eleitos pelo chefe do executivo federal. Isto impactou a autonomia universitária, com forte crítica da comunidade acadêmica e do Ministério Público Federal.

5 DISCUSSÃO

Os resultados encontrados demonstram as principais ideias defendidas pelas comunidades de políticas frente ao processo de formulação de políticas públicas elaboradas pelos governos de Lula (2003-2010), Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Este estudo demonstra as preferências governamentais no que se refere à composição das temáticas na agenda governamental, permitindo a análise longitudinal sobre a continuidade ou descontinuidade dos atores e instituições nos lócus de pesquisa.

O quadro abaixo resume as principais discussões sobre Educação superior de 2019 a 2022.

Quadro 6 - Resumo das temáticas sobre a educação superior pública (2019 a 2022)

TEMAS	SITUAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO
Orçamento	Queda nos recursos; cortes e contingenciamentos frequentes
Políticas de expansão	Paralisação de novos campi e concursos públicos
Inclusão e permanência	Redução no alcance de políticas como o PNAES
Autonomia universitária	Conflitos com reitores e intervenção política
Produção científica	Cortes de bolsas e desvalorização da ciência (Capes e CNPq)
Matrículas	Estagnação no setor público; crescimento EaD privado

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ressaltamos que os temas descritos no Quadro 6 ocuparam a centralidade das audiências públicas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), colocando diversos

atores da sociedade civil (sindicatos, associações de ensino superior e representantes das universidades – reitores, docentes e estudantes) a exigirem principalmente dos Ministros de Estado ou Secretários ligados ao MEC a explicarem o contingenciamento de verbas na educação superior.

A continuidade ou a descontinuidade das ações expansionistas para a educação superior podem ser compreendidas como um indicativo de mudanças nas comunidades de atores que disputam espaços na agenda de políticas educacionais, bem como as alterações nas preferências do governo. Isto significa que a racionalização das preferências pelo governo pode ocorrer por diversos motivos (conteúdo, objetivos, recursos, exequibilidade das ideias, comunidades políticas, entre outros) que cumulativamente impactam no resultado final. (JENKINS, 1978; HOWLETT, RAMESH, PERL, 2013; SECCHI, 2013; DYE, 1984).

Em síntese, o processo de formulação de políticas públicas para o ensino superior no Brasil, entre 2003 e 2022, resultou de um processo complexo, marcado por disputas políticas, técnicas e ideológicas entre diferentes atores que compõem as comunidades de política. A partir da análise de documentos legislativos, audiências públicas e pareceres do Conselho Nacional de Educação, foi possível identificar que os atores inseridos na formulação de políticas se organizam em coalizões de defesa para atuarem de forma decisiva na construção, manutenção ou desmonte de políticas educacionais.

No que se refere ao período compreendido entre 2003 e 2014, este se caracterizou pela ampliação do acesso e da oferta de vagas por meio de programas como Reuni, ProUni e FIES, além da valorização da participação social e do papel do Estado na indução de políticas públicas. Já o período pós-2016 revelou um processo de inflexão, com retração orçamentária, desregulação e enfraquecimento das instâncias participativas, culminando em um cenário de desmonte das políticas de expansão, bem como o enfrentamento da crise da autonomia universitária durante o governo Bolsonaro.

Por fim, esta pesquisa reitera a importância de uma abordagem qualitativa, valorizando o discurso dos diferentes atores que compõem a pesquisa. Em um contexto de incertezas e tensões democráticas, os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de fortalecer os espaços de deliberação pública e a transparência nos processos decisórios, a fim de garantir que as políticas de ensino superior respondam aos interesses da sociedade, comunidade acadêmica e à promoção da equidade educacional.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 444-455, 2018.

ALVES, Everton dos Santos; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; HENRIQUE, Érico Rafael de Oliveira. **Análise de conteúdo com apoio do software QSR NVivo: aproximações com a pesquisa qualitativa.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, p. 147–150, 2015.

BARBOSA, M. L. (Org.). **O ensino superior no Brasil: credencial, méritos e coronéis.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 1979.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BIRKLAND, T. A. Agenda Setting in Public Policy In: (Orgs.) FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. **Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods.** Boca Raton: CRC Press / Taylor & Francis Group, 2007.

CAPELLA, A. C. **Formulação de Políticas.** Brasília: Enap, 2018.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F.G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos - CEBRAP** 2015, v. 00, n. 101, p. 57-76.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. **The Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892–915, 1971.

CÔRTEZ, S. V. Viabilizando a participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CUNHA, Luis Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Lula.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2017.

GIBBS, Graham. **Analyzing qualitative data.** London: SAGE Publications, 2018.

GRANGER, G. G. Modèles qualitatifs, modèles quantitatifs dans la connaissance scientifique. In: HOULE G. (Org.). **Sociologie et Sociétés**, vol. XIV, nº 1, pp. 07-15, Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal, 1982.

HECLO, Hugh. Issue Networks and the Executive Establishment. In: KING, Anthony (Org.). *The New American Political System.* Washington, D.C.: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978. p. 87–124.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JONES, B. D.; BAUMGARTNER, F. R. **The Politics of Attention: How government prioritizes problems.** Chicago: University of Chicago Press, 2005.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies.** New York, NY: Harper Collins, 2014.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies.** New York: Longman, 2011.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook.** 3. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou OLIVEIRA, Romualdo Portela de; VIEIRA, Lisete Arelaro. **Desmonte das políticas educacionais no governo Bolsonaro.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 1, p. 1–19, 2021.

SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. The advocacy coalition framework: An assessment. In SABATIER, P.A (Ed.). **Theories of the Policy Process.** Boulder: Westview Press, 1999.

SABATIER, P.A; WEIBLE, C.M. The advocacy coalition framework: Innovations, and clarifications. In: SABATIER, P.A (Ed.). **Theories of the Policy Process.** 2ª Ed. Boulder: Westview Press, 2007.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil - o Setor Privado.** Editora Hucitec: São Paulo, 2000.

SAMPAIO, H. Privatization of Higher Education in Brazil: Old and New Issues. In: (Org.) SCHWARTZMAN, S (Org). **Higher Education in Latin America and the Challenges of the 21st Century.** Cham, Switzerland: Springer, 2020. p. 77-94.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, C. **Coordenação de políticas públicas.** Brasília: Enap, 2018.

SUBIRATS, J. Definición del problema. relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.) **Políticas públicas.** Coletânea, vol.1. Brasília: ENAP, 2007.

7 DISCIPLINA MINISTRADA E ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

No decorrer do período de realização do pós-doutorado foram ministradas aulas sobre metodologia de pesquisa e utilização de diferentes tecnologias em pesquisas em ciências humanas. Além destas, foram realizadas atividades que contribuíram para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Essas ações integraram-se ao projeto de pesquisa, possibilitando a difusão do conhecimento acadêmico em diferentes níveis de formação, as quais propiciaram um diálogo entre a universidade e a comunidade acadêmica. As aulas e minicursos ministrados abordaram conteúdos alinhados à área de investigação do pós-doutorado, enquanto as atividades de extensão visaram à aplicação prática e a socialização dos saberes produzidos, fortalecendo o compromisso institucional com a comunidade.

Apresentamos, a seguir, a descrição das atividades realizadas com os respectivos certificados referente ao trabalho realizado no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas durante a vigência deste projeto vinculado ao Programa de Pós-Doutorado da Unesp referente ao Edital PROPG/PROPe 06/2024¹⁴.

7.1 Atividades de Ensino

A Pós-doutoranda atuou na disciplina obrigatória **Pesquisa, Teoria e Metodologia em Ciências Sociais**¹⁵, com ciência dos docentes responsáveis pela disciplina, Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy e Prof. Dr. Pablo Emanuel Romero Almada. Durante esta atividade foram ministradas aulas sobre métodos de pesquisa qualitativos, a partir do software Nvivo 14, com exposição das funcionalidades deste software e suas diversas aplicações no contexto de pesquisa apresentado pelos doutorandos. Durante as aulas foram desenvolvidos também exercícios práticos. Além deste, foram apresentadas outras possibilidades de pesquisa com diferentes softwares de análise qualitativa e quantitativa. A referida disciplina foi oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no 2º semestre de 2024, conforme as informações, a seguir:

¹⁴ Edital PROPG/PROPe 06/2024. Disponível em: <https://x.gd/v7NMz>. Acesso em: 29 jul. 2025

¹⁵ A ementa da disciplina está disponível em:

https://www.fclar.unesp.br/Home/posgraduacao/cienciassociais/rolldedisciplinas/plano_ensino_cso00028.pdf

Quadro 7 – Informações da disciplina de atuação

Atividade	Nível	Carga Horária		
		Créditos	Semestral	Semanal
Disciplina Obrigatória	Pós-graduação Mestrado/ doutorado	6.0	90h	4h

Fonte: Elaborado a partir dos dados da ementa da disciplina

A referida disciplina teve como pressupostos básicos em sua ementa “Debater as perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas das Ciências Sociais e fundamentar e ampliar o conhecimento acerca da Análise Qualitativa de Dados, uso de Softwares e métodos digitais. Planejar e debater os projetos de pesquisa científica em Ciências Sociais”. A partir disto, a ação nesta disciplina possui uma interface com o método desenvolvido em minha pesquisa de doutorado para análise dos dados, o qual foi elaborado a partir da análise de conteúdo com a utilização de softwares, ferramentas digitais e inteligência artificial. Este estudo foi realizado a partir da utilização de softwares com métodos mistos de análise de dados.

A disciplina **Pesquisa, Teoria e Metodologia em Ciências Sociais** contribuiu com a formação acadêmica e metodológica da Pós-Doutoranda, visto que abordou tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa em Ciências Sociais. Com isso, a candidata aprimorou suas habilidades em ferramentas digitais e em análise de conteúdo e documentos a partir de multiplataformas.

Minha atuação direta na disciplina ocorreu por meio da oferta de um minicurso voltado aos alunos matriculados, com o intuito de aprofundar as ferramentas digitais ensinadas pelos professores responsáveis. As ferramentas escolhidas foram o Software Nvivo 14, que possui uma abordagem mista com enfoque principal na análise qualitativa. Foi possível, ainda, conduzir no R diferentes tipos de análise, como análise de conteúdo ou de discursos, de forma semelhante ao Iramuteq.

Após a apresentação das ferramentas no minicurso, e em consonância com a proposta da disciplina, os estudantes contaram com um espaço de atendimento individualizado, no qual puderam apresentar os dados de suas pesquisas — como documentos, entrevistas, atas, normativas, leis, entre outros — para receberem orientação quanto à escolha da ferramenta digital mais adequada para seus objetivos de investigação.

7.1.1 Ações práticas e resultados do Curso de Nvivo

O minicurso teve como objetivo apresentar diferentes ferramentas digitais de análise de textos, organização do material de análise, tipos de textos, organização de entrevistas, catalogação de informações de atores e instituições, constituindo um importante banco de dados da pesquisa a partir do Software Nvivo 14. O curso buscou a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem a partir de metodologias, as quais incluem a resolução de problemas, estudos de caso, aprendizagem baseada em projetos, simulações, interação com a inteligência artificial (usada com moderação e para fins pedagógicos), entre outras estratégias que envolvam os alunos em atividades de reflexão, tomada de decisão e criatividade.

Desse modo, os alunos participantes do minicurso, a partir das suas motivações e reflexões de pesquisas, participarão das atividades práticas do curso, utilizando os próprios materiais que constituem as análises dos textos e documentos, ao invés de só ouvirem as funções do software e fazerem anotações para que futuramente se interessem em utilizar a metodologia aprendida no curso. Estes cursos práticos nos quais o estudante é autor do processo também possibilita aos alunos desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e colaboração, bem como torná-los mais engajados e motivados em relação à aprendizagem.

Em relação ao Software escolhido para o minicurso, o NVivo 14¹⁶ é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Assim, optou-se por este programa por apresentar um layout com ótima usabilidade e funcionalidade dentro da pesquisa. O uso de programas como recurso tecnológico são entendidos como facilitadores para diferentes técnicas de pesquisa qualitativas na pesquisa social. Entende-se que a utilização de métodos qualitativos é uma prática bastante difundida nas ciências humanas, mas pouco difundida no que se refere à utilização dessa técnica combinada com ferramentas computacionais. (ALVES, FIGUEIREDO FILHO, HENRIQUE, 2015)¹⁷.

¹⁶ O software foi desenvolvido pela QSR International. “As funcionalidades no NVivo variam desde análises simples, como estatística descritiva e contagem de palavras até procedimentos mais complexos como elaboração de mapas de conexão e a estimação de modelos de séries temporais. Em particular, no que diz respeito a análise de conteúdo, o surgimento desses programas foi essencial para a viabilizar a codificação e categorização de uma enorme quantidade de informações”. (Alves, Figueiredo Filho, Henrique, 2015, p.124).

¹⁷ ALVES, D.; FIGUEIREDO FILHO, D. B; SILVA, A. H. O poderoso NVivo: Uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3723/3025>. Acesso em: 20 out. 2024.

Após esse mapeamento, o software tem como objetivo produzir gráficos ou tabelas de cada documento analisado ou de todos os documentos agrupados em uma única figura visual que o pesquisador escolher. Isto facilita a comparação das frequências que os assuntos aparecem nos documentos, por períodos ou por tipo de documento.

Além de entregar ao pesquisador os resultados em forma de tabelas ou gráficos, o software produz a Análise de Cluster, que é uma técnica exploratória que permite visualizar padrões no projeto, agrupar fontes ou nós (códigos) que partilham de palavras semelhantes ou valores de atributos similares. É um agrupamento de vários documentos de acordo com as características de similaridade que o pesquisador deseja entre os textos, por exemplo, cluster de palavras; cluster para codificação; e cluster para atributos. O resultado gráfico da análise de cluster é em forma de diagramas. Este recurso será importante na pesquisa no que se refere ao mapeamento dos atores. O NVivo 14 possui também uma ferramenta visual que é a nuvem de palavras. Trata-se de uma representação visual da frequência e do valor das palavras, utilizada para destacar a frequência de um termo ou categoria.

7.2 Atividades de Extensão

De acordo com a Resolução Unesp nº 69 de 2022, no Artigo 1, definiu-se que: “A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável e que pode, ainda, estar associada à tecnologia e à inovação, de modo a viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.¹⁸

A partir desta definição, entendemos que a Universidade pode se aproximar da sociedade por meio de diversas ações, seja para atender demandas locais ou desenvolver práticas educativas “fora da sala de aula”. Contudo, integram-se às ações de extensão a democratização do saber acadêmico e a divulgação dos resultados científicos produzidos pelos pesquisadores. Assim, a extensão universitária “contribui para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade na graduação e pós-graduação, incluindo a curricularização da extensão, bem como para a sistematização e divulgação do conhecimento produzido”. (Resolução da Unesp, Nº 69, 2022).

Com isso, as ações de extensão serão realizadas a partir da atuação na organização da Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais que integra ao Congresso Nacional de

¹⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Regimento Geral da Extensão Universitária e Cultura na Unesp**. RESOLUÇÃO UNESP Nº 69, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2022. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

Ciências Sociais da Unesp de Araraquara, auxiliando os pós-graduandos na montagem do cronograma do evento, composição das mesas redondas, grupos de trabalho e os minicursos. Nestes eventos científicos como as semanas de graduação e pós-graduação, além da divulgação científica dos resultados de pesquisa da comunidade acadêmica participante, há um espaço para exibição de documentários, filmes e debates entre os alunos e a comunidade externa, e a oferta de cursos de qualificação metodológica de pesquisa – Minicurso para aprender a manusear diferentes ferramentas digitais em pesquisas acadêmicas, entre outros.

Para além destas atividades já mencionadas, destacam-se também o empenho para desenvolver trabalhos que envolvam a realização de atividades científicas, de extensão e de cultura da Universidade, como, por exemplo, participação em bancas de comissão julgadora em Congressos – CIC, Encontros do PET, Semanas de Cursos Graduação e Pós-Graduação- e de trabalhos de conclusão nos níveis de Graduação e de Pós-graduação, bem como emissão de pareceres.

7.3 Atividades de Pesquisa

As atividades previstas para cumprimento da carga horária como bolsista de pós-doutorado preveem também a atuação em ações de pesquisa para desenvolver o projeto “*Agenda governamental e políticas públicas: um comparativo das policy communities da educação superior dos governos de Lula a Bolsonaro (2003 a 2022)*”, conforme definido com a supervisão. Nos itens, a seguir, contém as atividades ligadas à pesquisa.

Planejamento e execução do projeto de pesquisa

Este item sobre o Planejamento e execução do projeto de pesquisa inclui elaboração de artigos para publicação em periódicos e apresentação de trabalhos em Conferências nacionais e internacionais com objetivo de discutir com diversos pesquisadores os resultados parciais da pesquisa proposta e após a finalização das análises dos documentos e texto será elaborado um artigo com estes resultados de pesquisa.

O recorte temporal da pesquisa inclui o período da Pandemia do Covid-16, o qual tivemos a substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas. A partir deste contexto, estudamos as ações da educação superior no Brasil para o período e submetemos este estudo para a Revista Cadernos de Educação, avaliada como A2 no Qualis-Capes (2017-

2020), vinculada à Universidade Federal de Pelotas. Este artigo foi intitulado “ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL (2020-2021)”, o qual encontra-se em avaliação, desde novembro de 2024, conforme consta, a seguir, na imagem do sistema de avaliação da revista e e-mail do editor:

Artigo Científico

Somando-se a este artigo, a pesquisa de pós-doutorado foi apresentada em congressos nacionais e internacionais, desde a sua fase inicial, com objetivo de divulgar os resultados, trocar ideias com outros pesquisadores da área e obter avaliações qualificadas que contribuíram para o aprimoramento e desenvolvimento desta pesquisa. A participação nestes eventos científicos possibilitou a interação com diferentes pesquisadores da área, o fortalecimento do currículo e o fortalecimento da rede profissionais da área de políticas públicas e agenda governamental.

Além disto, a participação em grupos de trabalhos nos congressos científicos permitiu o desenvolvimento de comunicação científica e convites para oportunidades futuras de parcerias acadêmicas, a convite da pesquisadora Profa. Dra. Melina Klitzke que integra o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelas Profa. Dra. Gabriela Honorato e Profa. Dra. Rosana Heringer. Cita-se também o convite da Profa. Dra. Helena Sampaio (Unicamp) para que o material de análise apresentado na 23ª SBS, ao ser finalizado, seja submetido à Revista Internacional de Educação Superior (Unicamp) para apreciação dos pareceristas.

No geral, as apresentações reforçaram o compromisso com a produção e a disseminação do conhecimento científico. A seguir, constam todos os eventos que participei, a partir das comprovações com os certificados ou carta de aceite enviada pelos congressos¹⁹.

Participação em Grupo de Pesquisa: Estado e Governo

A participação no Grupo de Pesquisa Estado e Governo, coordenado pela Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy permitiu a ampliação das discussões teóricas sobre

¹⁹ As cartas de aceites foram utilizadas para comprovar a participação devido ao prazo final para enviar o relatório final da bolsa de pós-doutorado que foi anterior ao envio dos certificados de alguns eventos que ocorreram no 1º semestre de 2025.

instituições políticas, democracia e políticas públicas no Brasil. Nas reuniões foram estudos autores contemporâneos da ciência política, contribuindo para uma compreensão crítica do funcionamento do Estado. Além disto, as discussões acompanharam as discussões no Congresso Nacional, dos parlamentares e do Presidente da República. Esta experiência proporcionou a troca de ideias entre os pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos, fortalecendo a interação entre os membros, a pesquisa colaborativa e a produção científica.

Parecer para revista e coordenação de GTs

A realização de atividades como elaboração de pareceres para revistas científicas, coordenação de Grupos de Trabalho (GTs) e organização de anais de eventos fortalecem a formação acadêmica do pesquisador e o engajamento na comunidade científica. Além disto, a emissão de pareceres – avaliação de artigos - para revistas e eventos fomentam a capacidade analítica, o rigor metodológico e da ética na avaliação de pesquisas.

Já a coordenação de GTs, nos eventos descritos abaixo, possibilitou o exercício da liderança acadêmica, a mediação de debates e a articulação entre pesquisadores de diferentes instituições e regiões. Estas atividades ampliam a compreensão sobre as diferentes dinâmicas editoriais e organizacionais dos eventos científicos, consolidando a atuação de um pesquisador comprometido com a produção e a difusão do conhecimento acadêmico.

Atendimento e Treinamento sobre metodologias de pesquisa.

O atendimento e treinamento de discentes sobre metodologias de pesquisa representaram uma atividade fundamental para o fortalecimento da formação acadêmica e para o aprimoramento metodológico dos estudantes. Essa prática contribuiu para a disseminação de conhecimentos teóricos e práticos sobre os métodos científicos, promovendo o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Além disso, possibilitou o aprofundamento do próprio domínio metodológico por meio de exercícios, orientação e adequação das abordagens às diferentes etapas e objetivos das pesquisas. A atividade também fortaleceu a relação orientador-orientando, incentivando a reflexão crítica, a ética na produção científica e a consolidação de projetos de pesquisa mais robustos e coerentes. Por fim, reforçou o papel do pesquisador como agente formador e colaborador no processo de construção do conhecimento.

A seguir, constam as declarações e fotos dos minicursos desenvolvidos durante a vigência da bolsa de pós-doutorado.

Figura 7 - Minicurso sobre Metodologia de pesquisa para estudantes de graduação em Ciências sociais da Unesp



Fonte: Acervo da pesquisadora – 2025

No quadro, a seguir, possui uma descrição resumida das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas durante a vigência da Bolsa de Pós-doutorado:

Quadro 8 – Descrição das atividades realizadas no Pós-Doutorado

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	NOME	
PESQUISA	Participação em Grupo de Pesquisa	Estado e Governo Líder: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy	
	Artigo Científico (No prelo)	Envio para revista Caderno de Educação (UFPEl)	
	Capítulos de livros	Intersecções e consonâncias entre economia e sociedade a partir da sociologia econômica	
		As articulações do Estado para implementar a expansão do ensino superior público e EAD no Brasil	
		A participação do Legislativo Federal na formulação de políticas públicas educacionais (No prelo)	
	Publicações em Anais de Congresso	EIDE 2024 - "O cenário da educação superior na pandemia do Covid-19"	
		VI EIPDPP – 2025 (ISSN: 2527-0133) – "A importância da participação das comunidades de políticas educacionais no congresso nacional"	
Parecer para artigos científicos	Revista Cadernos de Campo (UNESP)		
	Revista ZAZ (UFF)		
	Revista Cadernos de Educação (UFPEl)		
EXTENSÃO	Apresentação de Trabalho (Total: 9)	XVIII Encontro Ibero Americano de Educação, realizado na Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara-SP (2024)	
		VI Encontro Internacional de Participação, Democracia e política públicas, realizado na Universidade de Brasília, Brasília – DF (2025)	
		VII Mostra de Ensino, Pesquisa e extensão do IFSP, campus Catanduva – SP (2024)	
		VIII Congresso de Extensão e VIII Mostra de Arte e Cultura do IFSP, Avaré- SP (2024)	
		22º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na Universidade de São Paulo – SP (2025)	
		22º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na Universidade de São Paulo – SP (2025)	
		22º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na Universidade de São Paulo – SP (2025)	
		IX Fórum brasileiro de ciência política (2025)	
		IX Fórum brasileiro de ciência política (2025)	
	Parecer em Eventos e GTs	XIX JORNAP (2025)	
		XIXXVI CIC (2024)	
		XVIII EIDE (2024)	
	Banca de banca Organização de eventos	IV Congresso de Ciências Sociais da Unesp (2024) - GT "Ciências Sociais e Educação"	
		Monografia	
Monografia			
Elaboração de minicursos	I Simpósio de Educação e Diversidade: redução da violência LGBTfóbica para além da sala de aula – 2024		
	IV Congresso de Ciências Sociais da FCL – 2024		
	Políticas públicas, elaboração, atores e implementação" foi ministrado para as turmas da disciplina Metodologia de Ensino de Ciências Sociais		
Aulas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência política com o auxílio do Software Nvivo 14", foi ministrado para as turmas da disciplina Métodos e técnicas de pesquisa aplicada: ciência política		
	Disciplina/Doutorado: Pesquisa, Teoria e Metodologia em Ciências Sociais - (2º sem/2024)		

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

**As informações completas encontram-se disponíveis no currículo Lattes.

8 COMENTÁRIOS DO SUPERVISOR

O relatório apresentado pela pós-doutoranda demonstra o cumprimento das atividades previstas no plano de trabalho, com destaque para uma atuação articulada entre ensino, pesquisa e extensão. A participação na disciplina obrigatória “Pesquisa, Teoria e Metodologia em Ciências Sociais”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp, foi marcada pela oferta do *Minicurso sobre o uso do Software Nvivo 14*, que incluiu aulas práticas e individualizadas para os doutorandos. A pesquisadora também apresentou alternativas de análise qualitativa e quantitativa com outros softwares, permitindo aos alunos uma visão ampla e aplicada das diferentes abordagens metodológicas com a utilização de tecnologias digitais. Estas atividades demonstram a capacidade da bolsista em integrar recursos tecnológicos ao ensino e pesquisa de ciências sociais, promovendo aos estudantes uma capacitação técnica e metodológica atualizada e interativa.

No campo da pesquisa, a bolsista avançou de forma significativa na execução do projeto “Agenda governamental e políticas públicas: um comparativo das policy communities da educação superior dos governos de Lula a Bolsonaro (2003 a 2022)”, conforme nota-se no relatório, o recorte temporal possui diversas abordagens e temáticas que podem ser exploradas em pesquisas futuras, permitindo, dessa forma, a continuidade desta pesquisa com a elaboração de textos analíticos com resultados inovadores para a área de ciências sociais.

Dentre as produções da bolsista, destacam-se o artigo submetido à *Revista Cadernos de Educação*, além da participação em importantes eventos científicos como o *22º Congresso Brasileiro de Sociologia*, *IX Fórum Brasileiro de Ciência Política* e o *VI Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas*. Somam-se aos eventos, as publicações em forma de capítulos de livros, evidenciando um trabalho contínuo e produtivo. Além destas ações já realizadas, a consistência teórica e robustez dos resultados de pesquisa, apresentados neste relatório, permitem que sejam submetidos em forma de artigo científico para uma revista acadêmica.

No âmbito da extensão, a pesquisadora atuou diretamente na organização da *Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais* e do *IV Congresso de Ciências Sociais da FCL – Araraquara*, colaborando na composição de mesas-redondas, grupos de trabalho e minicursos. Além disso, participou da organização do *I Simpósio de Educação e Diversidade: redução da violência LGBTfóbica para além da sala de aula*, no Instituto Federal de São Paulo, campus de Catanduva. Estas ações contribuíram para o

fortalecimento do diálogo entre universidade e sociedade, promovendo a divulgação científica e ampliando os espaços de debate sobre temas contemporâneos. A presença em bancas avaliadoras de trabalhos no *XIX JORNAP*, *XVI CIC* e *EIDE 2024*, bem como a emissão de pareceres para revistas como *Cadernos de Campo (UNESP)*, *Revista Cadernos de Educação (UFPEl)* e *Revista ZAZ (UFF)*, demonstram engajamento ativo com a comunidade acadêmica.

A atuação formativa da bolsista foi importante a partir de ações junto aos discentes da graduação e pós-graduação, por meio de orientações metodológicas, atividades práticas e minicursos: “Políticas públicas: elaboração, atores e implementação” e “Técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política com o auxílio do Nvivo 14”. Estas ações fortaleceram o conhecimento dos alunos e contribuíram para o aprimoramento das competências docentes e científicas da pesquisadora.

Destaca-se a participação no *Grupo de Pesquisa Estado e Governo*, sob a minha coordenação, a qual potencializou o desenvolvimento teórico do trabalho. Em síntese, o relatório é consistente, detalhado e demonstra um desempenho acadêmico da bolsista nas áreas de extensão, pesquisa e ensino, conforme determina o Edital PROPG/PROPe 06/2024.